

CEDI - P. I. B.  
DATA 14/03/88  
COD. YAD 200

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA PELA

CCPY

RELATIVA ÀS INVASÕES DE GARIMPEIROS

EM TERRAS YANOMAMI

1. Relatório CCPY-INESC sobre o conflito de agosto 1987, seguido da suspensão dos trabalhos de saúde da equipe da CCPY na área Yanomami.
2. A febre do ouro em Roraima.  
Sinopse das notícias veiculadas na imprensa (set 87-fev 88).
3. O Yanomami ameaçado: conclusão.
4. Representação da CCPY-ABA ao Procurador Geral da República (fev 88).
5. Mapa da área indígena Yanomami.

São Paulo, fevereiro 1988

"Sr. Presidente Jucá, quero comunicar ao senhor que fiquei muito sentido de saber da retirada da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, CCPY, das missões do Catrimani e Mucajaí da área Yanomami e agora que o garimpo do Novo Cruzado está sob controle, esperamos que voltem logo a trabalhar entre nós Yanomami.

A CCPY cuida da saúde de várias regiões, atendendo e vacinando em cinco áreas, que são: Surucucus, Paapiu (Serra do Couto de Magalhães), Ericó, Mucajaí e Demini. Em Surucucus tem gripes diretas e estão começando a morrer crianças e velhos. No Ericó e no Mucajaí, a malária está aumentando cada dia por causa dos garimpos que estão pertos. No Demini e no Ajuricaba precisa continuar a vacinação para não morrerem nossos filhos. No Ajuricaba também tem muita malária. Em todos os lugares a CCPY também vai com dentista que faz tratamento. Os médicos da CCPY trabalham muito e gostam da gente. Nós Yanomami conhecemos o trabalho de saúde da CCPY. Eles se deslocam para as comunidades afastadas dos postos da FUNAI, quando necessário, para vacinar e medicar os parentes e não tem medo de andar no mato e na chuva e ficar nas malocas afastadas. Para atender essas comunidades afastadas, tem que ficar junto com os Yanomami um bom tempo para poder resolver os problemas. A CCPY está disposta para atender em lugares que outros não vão. É assim que as comunidades Yanomami conhecem o trabalho de saúde da CCPY. Um dos médicos já fala um pouco nossa língua do Surucucus e os outros estão aprendendo devagar para se comunicar melhor com os doentes e atender as queixas.

Eu Davi, funcionário Yanomami da FUNAI, acho importante ir nas comunidades afastadas dos postos da FUNAI, lá não tem atendente. Trabalhar com aqueles parentes que raramente chegam aos postos é importante. Estou escrevendo esta carta para o Senhor, para dizer que nós Yanomami achamos importante a CCPY continuar a trabalhar com nós e também dar apoio à FUNAI, como estão fazendo, no trabalho de saúde."

Trecho da carta escrita pelo índio Davi Xiriana Kopenawa Yanomami, Chefe de Posto do PIN Demini (AM), ao Presidente da FUNAI, Dr. Romero Jucá Filho, em 14 de setembro de 1987.

## Í N D I C E

ÍTENS	PÁGINA
Trecho da carta de Davi Xiriana Kopenawa Yanomami	02
1. Relatório CCPY-INESC sobre o conflito de agosto 87, seguido da suspensão dos trabalhos de saúde da equipe da CCPY na área Yanomami.	
Introdução	04
Pontos Relevantes	05
Cronologia dos Fatos Precedentes	05
O Conflito	06
Consequências da saída da CCPY da Área Yanomami	08
Missionários	09
Relações CCPY e Órgãos do Governo	10
A atuação da CCPY na Área Yanomami	11
A riqueza mineral das terras Yanomami e os conflitos de interesses	12
2. A febre do ouro em Roraima. Sinopse das notícias veiculadas na imprensa (set 87-fev 88)	15
3. O Yanomami ameaçado	27
4. Representação da CCPY-ABA ao Procurador Geral da República (fev 88)	32
5. Mapas da área indígena Yanomami	37/38
6. Recortes de jornais e revistas	39

1. RELATÓRIO CCPY-INESC SOBRE O CONFLITO DE AGOSTO 87, SEGUIDO DA SUSPENSÃO DOS TRABALHOS DE SAÚDE DA EQUIPE DA CCPY NA ÁREA YANOMAMI.

## INTRODUÇÃO

A população Yanomami no Brasil se constitui de aproximadamente 9.000 índios, sendo que sua área foi interditada pelo Ministro do Interior em 09/03/82, através da Portaria Ministerial GM/025, com cerca de sete milhões e setecentos mil hectares e foi administrativamente delimitada pela portaria FUNAI nº 1817 de 08.01.85, com cerca de nove milhões de hectares.

A Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY - tem acompanhado com extrema preocupação as investidas contra o povo Yanomami nestes últimos anos. Para uma maior compreensão da situação, preparamos este dossiê que sucintamente apresenta e situa sua problemática.

Enquanto certos setores do Governo estudam a conveniência da criação do Parque Yanomami e a maneira em que poderá se efetuar, o povo Yanomami continua sendo submetido a repetidas ameaças de extinção. Para melhor entender a problemática, a CCPY e o INESC prepararam este documento no intuito de que seja apreciado com a atenção que a questão merece.

Segue, em ordem cronológica, uma descrição dos acontecimento dos últimos meses que achamos pertinentes para melhor entendimento da situação e a descrição da situação dos Yanomami frente a ameaça de extinção sem uma adequada assistência médico-sanitária.

## PONTOS RELEVANTES

Os itens básicos de preocupação que compõem este dossiê e que merecem especial atenção, podem ser relacionados da seguinte maneira:

1. o conflito armado entre Yanomami e garimpeiros que culminou na morte de quatro Yanomami e um garimpeiro, em 15.08.87;
2. a dificuldade de remover os garimpeiros das terras Yanomami;
3. a remoção seletiva das entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, entre elas as missões e a Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY - em 20.08.87;
4. o esvaziamento de assistência médica na área Yanomami com a remoção da equipe de saúde da Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY -, sabendo que a FUNAI não tem condições de substituição;
5. as crescentes malárias nos garimpos e entre as comunidades Yanomami e os perigos dos surtos de gripes com suas complicações.

## CRONOLOGIA DOS FATOS

### PRECEDENTES

1987

#### MAIO

Davi Kopenawa Yanomami coloca sua preocupação ao Presidente Sarney quanto às crescentes invasões da área Yanomami e solicita a tomada de medidas efetivas para evitar o desaparecimento de mais um povo indígena que tem direito de viver (trecho da carta na pág. 2).

#### JUNHO

O Presidente Sarney responde dizendo que está ciente da problemática e que órgãos do governo estão trabalhando intensamente para, a partir do conhecimento real da situação, propor soluções orientadas para atuar de forma enérgica contra invasores das áreas Yanomami.

## JULHO

O chefe de posto do PIN Paapiú (região da Serra de Couto de Magalhães) em várias ocasiões alerta a Administração Regional da FUNAI (ADR) de Boa Vista da proximidade de garimpeiros do Posto Indígena e das malocas Yanomami. Em resposta, a ADR avisa não ter condições de intervir em caso de uma invasão dos mesmos.

A Polícia Federal proíbe os lançamentos de gêneros alimentícios para os garimpos na área Yanomami.

O advogado da Associação dos Garimpeiros consegue liminar contra esta proibição de lançamento através da Vara Cível pelo juiz Dr. Sá Peixoto.

## O CONFLITO

## AGOSTO

Nos primeiros dias do mês, o chefe do posto do PIN Paapiu entra em férias e se afasta do posto indígena.

Dia 12 é a data em que se entrega a emenda popular proposta pela UNI e CIMI ao Congresso Nacional. Dois Yanomami participam da entrega das emendas indígenas em Brasília a convite da UNI: Davi e Peri.

Em Roraima, no mesmo dia, ocorrem os primeiros sinais de desacordo entre Yanomami e garimpeiros. Os Yanomami exigem que os garimpeiros abandonem a área do garimpo do Novo Cruzado. No dia 15 ocorre o conflito no garimpo, a duas horas a pé do PIN Paapiu. Morrem quatro Yanomami e um garimpeiro. Segundo um funcionário da Polícia Civil "que esteve no local do incidente e presenciou a autópsia nos corpos dos índios, a cena era das mais comoventes e revoltosas, com os corpos dos coitados totalmente mutilados. Tiros, facadas, pauladas e um verdadeiro retrato de perversidade humana". (FOLHA DE BOA VISTA, 28.08.87)

Segundo fontes da Polícia Federal, pelo fato de os crimes serem caracterizados como violentos e até bárbaros, os indiciados poderão pegar penas que devem variar de 12 a 30 anos de prisão.

Existem diferentes versões relatando o conflito, porém a mais plausível coloca o seguinte: 1) um grupo de índios Yanomami, da região do Mucajaí, estava garimpando no Couto de Magalhães. Eles se ausentaram para visitar seus parentes no Mucajaí e, quando retornaram, o acampamento dos índios estava ocupado pelos garimpeiros. A partir de lá começou o atrito, os

Yanomami exigindo de volta o garimpo e os garimpeiros resistindo. No dia 15, os Yanomami, armados somente com arco e flechas e duas espingardas, voltaram ao acampamento procurando resolver a questão, "sem serem pintados de preto para a guerra". (Depoimento de Davi Yanomami). Os garimpeiros, armados com rifles e revólver, atiraram nos Yanomami desprevenidos e três deles caíram mortos no próprio acampamento. O quarto Yanomami atingido fugiu, mas foi encontrado morto a pouca distância. 2) Segundo os Yanomami do Mucajaí, eles tentaram conversar para convencer os garimpeiros a abandonar o local quando esses reagiram, abrindo fogo contra os Yanomami. Os Yanomami envolvidos no conflito eram três índios do PIN Paapiu e um da área do Rio Mucajaí. Os três Yanomami assassinados no acampamento foram enterrados pelos garimpeiros. Conforme os Yanomami, vários garimpeiros foram atingidos no mato, enquanto esses tentavam fugir do local do conflito. A polícia encontrou somente o corpo de um deles.

No dia seguinte ao conflito, o garimpeiro baleado, Manuel Ribeiro de Jesus, removido do garimpo Novo Cruzado para Boa Vista e acompanhado pelo advogado dos garimpeiros, solicita apuração de responsabilidade em atentado de que foi vítima na manhã do dia 15 de agosto, por tiros. Ele relata o falecimento de Avert Abreu de Souza, baleado e desaparecido e acusa Davi Yanomami de ter comandado o ataque. Trata-se de uma falsa acusação: Davi encontrava-se em Boa Vista.

Há uma segunda tentativa por parte da Polícia Federal de sustar os lançamentos de alimentos na área Yanomami. O Juiz, Dr. Anunciação Neto, através do ofício nº 203/87, comunica ao Diretor de Polícia Federal em Boa Vista, Sr. Daniel Norberto, que foi revogada a liminar concedida no Mandato de Segurança nº 12.019/87. Em 19.09.87, através do ofício nº 205/87, de ordem do Juiz de Direito, José Machado de Oliveira, foi novamente comunicado ao diretor da Polícia Federal que foi restabelecida a liminar anteriormente concedida e revogada, para permitir que as empresas aéreas abasteçam os garimpos que estão na área indígena, não se incluindo o transporte de novos garimpeiros para as áreas indígenas. A alegação feita é que "aquelas pessoas estão famintas e desprovidas de medicamentos, correndo risco de morrerem de inanição", e continua argumentando, "não sou favorável à invasão das terras indígenas por garimpeiros ou quem quer que seja, muito menos por gananciosos, mas sou forçado a restabelecer a liminar concedida, por questão de sentimento cristão e de justiça, vez que, para se sanar um erro, não se pode cometer outro". É notável, entretanto, que os sentimentos do Juiz em momento nenhum levam em consideração um possível genocídio dos Yanomami com a permanência garimpeira na área, nem o Estatuto do Índio, que proíbe garimpagem por terceiros em áreas indígenas.

No Despacho, o Juiz argumenta:

"Os garimpeiros estão naquelas inóspitas áreas, onde o acesso é feito, quase que na sua totalidade, por via aérea. Cessar abruptamente o abastecimento de víveres para aqueles seres humanos, bem como de remédios, seria o mesmo que decretar-lhes a morte".

Os lançamentos de víveres, depois da segunda liminar, continuam a se efetuar e os garimpeiros ameaçam não sair da área, nem com ordem da polícia.

A FUNAI abre diálogo com o Governador, pede seu apoio e negociam. O Governador Getúlio Cruz declara, na mesma noite, pela TV, que o Governo de Roraima entende que a área onde ocorreu o conflito é área indígena. "Como área indígena nós não podemos permitir naquele lugar a permanência de garimpeiros, que já resultou na morte de índios e garimpeiros. Por outro lado, nós também apoiamos a retirada de todos os estrangeiros, quer sejam eles religiosos ou antropólogos da região. Eu acho que chegou a hora de nós colocarmos um ponto final na questão do Parque Yanomami. Mantermos o nosso exército, mantermos certas áreas para garimpagem e retirarmos os estrangeiros de nossas fronteiras. A fronteira brasileira é para ser ocupada por brasileiros, nesse primeiro momento, brasileiros fardados".

#### CONSEQUÊNCIAS DA SAÍDA DA CCPY DA ÁREA YANOMAMI

Às 18:00 horas do dia 20 de agosto, a FUNAI envia ao escritório da CCPY a determinação do "Presidente da FUNAI" (conforme declaração verbal à Coordenadora da CCPY, assumida pelo Cel. Luis Guadalupe) em suspender as atividades da Comissão na área Yanomami, informando que "a ADRg (Administração Regional da FUNAI) está apta a ocupar, de imediato, o vazio que deixará a saída dessa Comissão no atendimento ao índio. (Assinado Esmeraldino Silva Neves, ofício CT/GAB/ADR/FUNAI/BVB/RR Nº 422/87). Na área de Surucucus, a Drª Ivone A. Menegola e o Dr. Marcos Pellegrini ficam informados pelo chefe de posto, Francisco Bezerra, da comunicação por rádio recebida (circular número 131) que diz: "a partir desta data (20.08.87) ficam suspensas suas atividades na área Yanomami." Os dois médicos retiram-se, deixando atrás uma epidemia de gripe que está se alastrando nas áreas de Paapiu, Mucajá e Surucucus, com graves complicações pulmonares.

O Chefe de Posto, Sr. Francisco Bezerra, avisa a ADRg da urgência de ter a presença de um médico em Surucucus, mas a mesma não tem condições de substituir a equipe da CCPY.

O Dr. Marcos, médico da CCPY, ainda adverte a FUNAI sobre a gravidade da

situação. Entre 12 e 22.08 os médicos constataam o princípio de um surto de gripe que representou 41,6% dos atendimentos feitos; destes, 63% com complicações pulmonares e otites. A CCPY foi forçada a abandonar seu trabalho de saúde em Surucucus, região em que vivem 3.500 Yanomami isolados. No dia 26 de agosto de 1987, a Drª Gorete Selau e seu marido Ricardo Verdum, assessor de campo, ambos da equipe de saúde da CCPY, abandonam o trabalho, a pedido da FUNAI, e regressam da região do Mucajaí para Boa Vista. Ambos estão com malária.

No relatório de viagem, a Drª Gorete diz o seguinte: "Nossa viagem ao Paapiu (região do conflito) foi adiada a pedido do Administrador da FUNAI, Sr. Esmeraldino Neves, que nos informou da existência de conflito nessa região, gerado pela invasão dos garimpeiros. Em termos de vigilância epidemiológica é a área prioritária no momento, devido ao contato desordenado que vem sofrendo. Dados coletados nos levam à hipótese de que a atual epidemia de gripe que se alastra pelo Território Yanomami tenha como porta de entrada o Paapiu (região do conflito), segundo o Sr. João Abel Cicconete, chefe de posto, causando 3 óbitos, entre 15.06 e 15.07.87: o tuchaua do Boimopitheri, a filha de Xiapa do Heroutheri e uma criança procedente do rio Mucajaí - MEVA - em visita aos Waakÿsipiutheri. Na segunda quinzena de julho atingiu o Mucajaí, tendo sido registrados três óbitos nos Sikeimapiutheri: tuchaua João Mukareisi, Santana e Macaca. Em agosto há ocorrência de gripe em Surucucus". (Relatório de viagem CCPY, 09.09.87).

## MISSIONÁRIOS

Ainda em agosto, foram retirados da área Yanomami os missionários da missão do Catrimani (ligados à Diocese de Roraima), e da missão do Mucajaí os missionários das Missões Evangélicas da Amazônia (MEVA).

Na missão do Catrimani, no dia 25, chegam cinco elementos da Polícia Militar com o avião colocado à disposição da operação, pelo Governador. O Padre Guilherme Daniolo foi retirado com a roupa do corpo. Negocia-se pela permanência da Irmã Florença, por ser enfermeira e roraimense. Ela permanece para cuidar de graves casos de malária que atingem os Yanomami da área do Catrimani. O Ministro Costa Couto garante a permanência da Irmã na missão, mas poucos dias depois a PM volta e retira a religiosa à força.

Na missão permanece pessoal que não fala a língua Yanomami e não conhece os índios. Os mesmos ficam revoltados com a situação. Dom Aldo, no começo de setembro, viaja para Brasília e consegue, através do Ministro do Interior, autorização para os missionários voltarem, uma vez que as operações de remoção de garimpeiros está acabada.

#### RELAÇÕES CCPY E ÓRGÃOS DO GOVERNO

A CCPY faz gestões em Brasília através de seu Procurador, Abel de Barros Lima, e do médico Marcos Pellegrini. Eles procuram o Presidente da FUNAI com um documento que argumenta a urgente necessidade de voltar a trabalhar na área em razão da FUNAI não ter condições de suprir o "vazio" deixado. Os representantes da CCPY foram recebidos pelo Superintendente, Marcelo Chagas, em 11.09.87, que prometeu estudar o caso.

Entidade sem fins lucrativos, sociedade civil fundada e dirigida por brasileiros, sem vínculos políticos ou religiosos, com sede em São Paulo, que há dez anos solicita ao governo brasileiro, através de documentos e gestões, a criação do Parque Yanomami em área contínua e trabalha pela retirada dos garimpeiros da mesma área, a CCPY há anos desenvolve uma campanha em favor da criação do Parque e tem obtido grande mobilização e apoio de setores liberais e progressistas dentro do governo, no Congresso, em Universidades e entre intelectuais. Não é de surpreender que, nesse momento em que se elabora a Nova Carta Magna, a forte pressão para abrir as áreas indígenas à exploração mineral, por empresas privadas, entre em choque com elementos conservadores que desejam colocar um ponto final na questão do Parque Yanomami.

Entretanto, a CCPY está conveniada com a FUNAI (Convênio nº 013/86) para desenvolver um programa de saúde preventivo. A CCPY, de fato, proporciona tal atendimento na área conveniada ainda com a Fundação Osvaldo Cruz. Ela atende em áreas isoladas onde não há nenhum tipo de assistência sanitária, como nas remotas comunidades da região de Surucucus e Couto de Magalhães, e também em áreas prioritárias, com grande incidência de malária, proporcionando, ainda, assistência dentária através de tratamento in loco. (Vide resumo de trabalho do atendimento preventivo-sanitário, entregue a FUNAI em 11.09.87).

## A ATUAÇÃO DA CCPY NA ÁREA YANOMAMI

A situação de saúde na área Yanomami é precária, e necessita urgentemente de uma solução, para que seja atendida por pessoas conhecedoras da área. A FUNAI atualmente conta com três médicos, dos quais dois trabalham na área indígena e nenhum fala Yanomami. No Território vivem 30.000 índios em situação precaríssima de saúde, com constantes epidemias e surtos de malária. O trabalho da CCPY na área Yanomami foi planejado para apoiar a FUNAI na assistência de saúde preventiva em 1981, com assessor de campo que fala bem o Yanomami. Trabalha através de convênios assinados com a FUNAI desde 1984.

Em reunião com o Cel. Guadalupe, do serviço de informação da FUNAI, o mesmo esclareceu ser o autor da ordem de retirada da CCPY. Porém, através de outros fatores observados, ficou claro que a FUNAI negociou a retirada dos garimpeiros com o Governo de Roraima com a simultânea retirada dos "estrangeiros", na verdade pessoas que incomodam os políticos de Roraima. Para resumir o trabalho, uma vez que a situação na área Yanomami fique sob controle, a CCPY terá que recorrer à FUNAI e justificar a razão de sua volta para a área, já que no ofício da FUNAI ficou expresso que a ADRG estava apta a ocupar, de imediato, o vazio aberto no atendimento ao índio. (Ofício CT/GAB/ADR/FUNAI/BVB/RR Nº 422/87 de 20.08.87).

Porém, sabemos que a FUNAI não tem condições de fazê-lo.

Para maior compreensão da situação, temos que esclarecer ainda que a CCPY vem sofrendo todo tipo de pressões em Roraima e uma campanha de difamação que repudiamos de maneira enfática. Entre as calúnias disseminadas e repetidas em anos, estão a de que a CCPY trabalha junto à organização francesa de saúde MDM (Médecins du Monde), que utilizou os Yanomami como cobaias em campanhas de vacinação contra a "malária"; que membros da CCPY garimpam; que a CCPY não está praticando medicina, mas ocupa seu tempo em insuflar os Yanomami contra a FUNAI; que o Dr. Marcos Pellegrini se diz médico sem ter concluído seus estudos; que a CCPY tem intenções escusas e inconfessáveis; que tem participação em um complô para criar um país independente Yanomami com a esquerda Venezuelana; que se utiliza dos índios para um dia se apoderar das riquezas das terras Yanomami, e etc.

Se partirmos da tese que os argumentos acima citados são infundados, e até ridículos, e que ninguém jamais poderá vê-los comprovados, é uma realidade que as terras Yanomami são ricas em minérios e dois terços

delas são requeridas por mineradoras, que são as seguintes: Best, Pompéia, Crasa, Aracati, Cia. Min. e Participações, Maquimbrás, Vila do Príncipe, J. R. Scalabrin, Peguina, Vale do São João, Montes de Roraima, Tratex, Codesaima, Brumadinho, Minesal, Parima, Curd, Mearim, Itacuá, Paranapanema, Rio Vivenda, Brascan, CPRM, Mutum e Bozzano Simonsen (levantamento CEDI/CONAGE, 1986).

Além disso, a situação é gravíssima e difícil de ser sanada. Elas são invadidas por milhares de garimpeiros. Por esta razão, entidades voltadas para a defesa do "mundo livre", instituições que defendem os direitos humanos das minorias étnicas (especialmente quando se trata de terras cobijadas pelo poder econômico), são e sempre serão alvo de todo tipo de difamação com o objetivo de esmagá-las. É fato histórico que para aliviar tensões sociais se inventa o inimigo.

A população indígena não conhecia e não tinha interesse na exploração mineral. A tensão social se criou com a ocupação dos não índios nas terras indígenas e com a exigência de uma pequena classe dominante querer, a todo custo, eliminar o obstáculo a um tipo de desenvolvimento destrutivo. No caso roraimense, a xenofobia é antiga e a ela se juntam vários fatores mais recentes: os critérios utilizados e que orientam os grandes projetos de ocupação e desenvolvimento da Amazônia sofrem de uma ótica viciada, que leva ao desequilíbrio devastador do meio ambiente e à desagregação e extermínio de populações indígenas em toda a área, como mostra o passado e recentemente comprovada de maneira atterradora; a maneira em que está sendo conduzido o capítulo referente aos índios na nova Carta Magna; e o recente conflito entre índios e garimpeiros que culminou em pelo menos cinco mortes. Juntando os quatro fatores acima citados, criou-se uma situação sui generis com o objetivo de eliminar o inimigo imaginário.

#### A RIQUEZA MINERAL DAS TERRAS YANOMAMI E OS CONFLITOS DE INTERESSES

Há setores da política nacional ligados às empresas privadas que desejam abrir as terras indígenas para a mineração através de emendas constitucionais. Sabemos que esta política engloba as terras Yanomami, porém temos que fazer outras considerações no caso roraimense e adicionar o fator de que a classe dominante do Território, desde 1975, quando o

RADAMBRASIL detectou ocorrência de minérios como cassiterita, ouro, minérios radioativos e outros nas terras Yanomami, vê sua exploração como única solução imediatamente viável para o progresso de Roraima. Usando como justificativa o fato de que o Território de Roraima atravessa uma das mais sérias crises de sua já debilitada economia, com a agricultura e a pecuária em declínio (caracterizando uma situação de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional), o deputado Mozarildo Cavalcanti apresentou ao Congresso Nacional, em 1983, o Projeto de Lei nº 1.179, autorizando a abertura e exploração do garimpo de cassiterita de Surucucus, através de um convênio entre o governo do Território, representado pela Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA - e Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Em 1984, diante de pareceres contrários de respeitadas juristas, antropólogos e políticos do país, Mozarildo Cavalcanti apresenta um Substitutivo ao Projeto de Lei. O Substitutivo prevê a exploração através de processos semi-mecanizados e mecanizados. Em 1985, o Projeto é rejeitado na Comissão do Índio, tendo em vista sua omissão quanto à complexidade da situação envolvida, que convalida as condições para um amplo genocídio em nome de um suposto desenvolvimento econômico do Território de Roraima. Em momento nenhum considera o Projeto e seu Substitutivo que os Yanomami são ainda uma população isolada. Em 1985, ocorre a invasão armada de Surucucus, que fica sustada de imediato pela FUNAI, PF e PM de Roraima. É notável a argumentação do líder garimpeiro (autor intelectual da invasão), José Altino Machado, que explica a razão da invasão: que foi organizada por ele em decorrência e em consequência da concessão de exploração de Surucucus em novembro de 1984, a uma empresa particular. (1) (Entrevista concedida em fevereiro de 1987 a um jornal canadense).

A partir da frustrada invasão de Surucucus, a tática das invasões mudou. São pequenos grupos de garimpeiros que sobem os rios Apiaú, Mucajaí, Novo e Ericó, no Território de Roraima, para penetrar nas terras Yanomami. As denúncias feitas através dos Yanomami, chefes de postos da FUNAI, missionários e CCPY são inúmeras. Mas parece faltar uma vontade política de sanar a situação.

---

(1) Na região de Surucucus há requerimento para lavra e pesquisa registrados no DNPM pelas seguintes empresas: Cia. Min. e Participação, Parapanema, Brumaquinho, Codesaima e CPRM. Na região da Serra de Couto de Magalhães são da Montes de Roraima e Cia. de Min. e Participações (levantamento CEDI/CONAGE, fontes PROSIG/DNPM, 1986).

Em dois anos os garimpeiros chegam ao coração da área Yanomami atingindo populações semi-isoladas na Serra de Couto de Magalhães e no alto Rio Catrimani. Os garimpeiros "apelam para a solução encontrada no garimpo Maria Bonita no Pará, onde os Kaiapó e garimpeiros convivem "pacificamente" (conforme os garimpeiros), "os primeiros recebendo royalties de todo o minério extraído de seu subsolo". (A GAZETA, Boa Vista, 21.08.87).

Através de complexas gestões em Brasília, a FUNAI consegue o apoio necessário para fazer uma operação pente-fino na área conflagrada, na região do rio Ericó (garimpo da Cabeça) e no alto Rio Catrimani. Finalmente órgãos do governo optam pela remoção dos garimpeiros das áreas acima mencionadas. Esta operação, conforme notícias recentes, está em andamento.

2. A FEBRE DO OURO EM RORAIMA.

SINOPSE DE NOTÍCIAS VEICULADAS NA IMPRENSA ( SET 87 - FEV 88).

A imprensa de Roraima, como esta sinopse mostra à sociedade, funciona como um poderoso grupo de pressão no sentido de transformar em fato consumado as invasões garimpeiras em território Yanomami e legalizar os garimpos.

A escala em que se verificam estas invasões e intrusão em terras da União é estimulada pela complacência e omissão dos órgãos federais que deveriam cumprir a lei, deter o assalto continuado e expulsar os invasores.

O noticiário enfatiza a grave situação de saúde que afeta os garimpeiros, mas nada se diz sobre o caráter genocida das ondas desordenadas e sem qualquer controle sanitário quando entram em contato com as comunidades Yanomami.

Finalmente, a desfaçatez maior: em fins de dezembro de 1987, o Presidente da FUNAI e o Governador do Território anunciam, desdizendo todas as afirmações anteriores, que áreas Yanomami serão reservadas para as atividades de garimpo, contrariando dispositivo constitucional e legislação ordinária e portarias da própria FUNAI que destinam aquelas áreas aos Yanomami.

O CORREIO BRAZILIENSE (Brasília, 25.09.1987) noticia que depois do conflito armado de agosto/87 entre índios e garimpeiros, foi organizada uma operação militar para a retirada dos garimpeiros da área Yanomami. Segundo a notícia, dois helicópteros Puma e Esquilo da Força Aérea Brasileira foram deslocados no dia anterior de Manaus para a região dos índios Yanomami, em Roraima, (1) para fornecer apoio logístico aos 90 homens do 6º Batalhão de Fronteira do Exército, sediado em Boa Vista, que seriam transportados para a área Yanomami, em um avião Búfalo da FAB. Segundo o jornal, todos participariam da segunda e última etapa de retirada de cerca de 600 garimpeiros do território indígena. O presidente da FUNAI, diz o jornal, anunciou que essa ação visava a evacuar "todos os brancos" que ainda permaneciam na área Yanomami, com exceção dos funcionários da FUNAI e das forças de segurança, ou seja, a Polícia Federal, a Polícia Militar e Civil de Roraima, explicando que a medida tinha por objetivo atender à legislação vigente, que proíbe a garimpagem em áreas indígenas. O início da evacuação aconteceu a partir da nascente do rio Catrimani, expandindo-se para os garimpeiros do rio Novo, Apiaú e da Grota da Cabeça. Diz ainda o jornal que a missão dos militares seria de localizar e retirar todos os garimpeiros e demais brancos que se encontrassem na área sem autorização da FUNAI, segundo Romero Jucá Fº, e todas as pessoas encontradas seriam entregues à Polícia Federal. Segundo afirma o jornal, o presidente da FUNAI acredita que com o apoio do Exército e da Aeronáutica, além das forças de segurança da região, será possível "devolver a tranquilidade aos índios e evitar a depredação do meio ambiente".

Mas a operação fracassou. Com a retirada, em outubro de 1987, do helicóptero conseguido pela FUNAI para a evacuação dos garimpeiros (alegando pane no aparelho), as portas se escancararam para o assalto à área e a situação fugiu totalmente ao controle do pequeno dispositivo policial - militar federal.

Dezembro 1987

Segundo a TRIBUNA DE RORAIMA (04.12.1987), mais de quatro mil homens estão garimpando na região do Paapiu. Aventureiros vindos de outras regiões do país, diz o jornal, apoiados por táxis aéreos clandestinos e portando armas de grosso calibre, até uma metralhadora, tenta dominar a região a qualquer custo, inclusive assaltando, roubando e matando garimpeiros. Um garimpeiro afirmou ao jornal que o grupo está querendo abrir uma pista próximo às malocas indígenas.

O bispo dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - em sua primeira viagem ao Território Federal de Roraima deu entrevista à FOLHA DE BOA VISTA (01.12.1987) protestando contra a "ação devastadora das mineradoras e garimpeiros que põem em risco os índios, ameaçando-os com um genocídio". O jornal, na mesma data, anuncia que a malária está atacando os garimpeiros no meio da mata. Segundo a notícia, somente em um final de semana, 60 garimpeiros (de um total de 300 doentes), foram removidos para hospitais em Boa Vista, em estado de saúde bastante grave. As ocorrências, afirma o jornal, são verificadas especialmente nos garimpos de Cambalacho, Rio Novo, Cruzado

(1) Somente um helicóptero operou durante 10 dias.

Novo e Paapiú. O jornal aproveita a notícia para afirmar que "se os garimpos fossem legalizados isso naturalmente não aconteceria, pois o Estado teria obrigação de prestar serviço de assistência médica aos trabalhadores".

Matérias desse tipo, que têm aparecido constantemente nos jornais locais, certamente representam uma maneira de pressionar o Governo Federal para a legalização do garimpo. Uma vez instalados os órgãos federais nas áreas Yanomami invadidas por garimpeiros, tais como a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), COBAL, Receita Federal, Previdência Social e Caixa Econômica Federal, os garimpos estariam oficializados.

Em audiência com o governador do Território Federal de Roraima, general Roberto Klein (FOLHA DE BOA VISTA, 09.12.1987), o presidente da Associação dos Garimpeiros, José Peixoto, sugeriu que o governo pode contribuir para melhorar as coisas providenciando o estabelecimento de uma agência da Caixa Econômica Federal nos garimpos, para comprar o ouro dos garimpeiros, a instalação de mercados e de uma delegacia da SUCAM para ajudar a combater a malária.

A FOLHA DE BOA VISTA de 13.02.1987 anuncia que várias pistas de pouso estão sendo abertas no meio da selva. Como não se conseguiu retirar os garimpeiros, diz o jornal, isso deu moral aos grupos (garimpeiros), que agora ganharam mais estímulo. O mesmo jornal anuncia (15/16.12.1987) que está prevista a entrada de 50 mil homens nos garimpos de Roraima. Segundo a notícia, os grandes veios de ouro estão se esgotando em regiões como a Serra Pelada (no Pará) e Rio Madeira (em Rondônia). Com isso, afirma, Roraima, pela sua privilegiada condição de território rico em minerais, passará a ser polo de atração para os garimpeiros de todo o país. Com suas reservas minerais quase intocadas, comenta, pode se transformar no grande Eldorado nacional, trazendo mais de 50 mil homens dentro dos próximos meses, segundo cálculo do presidente da Associação dos garimpeiros. O representante dos garimpeiros declarou ao jornal que a Associação será transformada em Sindicato o que, segundo ele, solidificará os trabalhos de lavra dos minérios.

Cerca de cinco mil homens estão trabalhando atualmente na região do rio Couto de Magalhães, inclusive no mesmo local onde há poucos meses quatro índios e três garimpeiros morreram durante um tiroteio entre os primeiros e os invasores de suas terras, conforme noticia o jornal A CRÍTICA, de Manaus, (16.12.1987). A chegada à região habitada por índios Yanomami se dá depois de 16 dias de caminhada na selva bruta ou, a exemplo de quatro garimpeiros, saltando de para-quedas na região. Segundo o jornal, todos os garimpeiros que estavam doentes foram retirados da área por um avião da Força Aérea, especialmente cedido pelo Ministério da Aeronáutica para ser usado no socorro aos mais de 40 garimpeiros que estavam acometidos de malária e hepatite. Em Boa Vista, diz o jornal, os hospitais estão precisando de mais leitos, tendo acomodado alguns garimpeiros nos corredores e até no chão, diante da falta de macas e leitos. O governa-

dor de Roraima em exercício disse ao jornal que está acompanhando a situação com tranquilidade, pois vê o problema dos garimpeiros como uma consequência da atual situação do País, "um problema social, e não de polícia e repressão". Diariamente, somente na área conhecida por "Cruzado Novo", oito homens trabalham dia e noite na cata de ouro, conseguindo uma média diária de 2,3 quilos de ouro puro, pois, segundo o jornal, nessa região não é usado mercúrio no processo de purificação do metal. Afirma o jornal que durante a caminhada de três dias que a reportagem de A CRÍTICA teve de enfrentar para chegar à região do Garimpo Cruzado Novo, onde ocorreu o conflito armado entre índios e garimpeiros, deu para observar vários locais onde tiveram início escavações para pesquisa da área, antes da chegada dos garimpeiros profissionais. Nestes locais, o ouro pode ser visto a olho nu, brilhando à flor da terra, afirma o jornal.

A TRIBUNA DE RORAIMA (18.12.1987) anuncia que a retirada de garimpeiros da área de Couto de Magalhães deverá recomeçar, com as operações já definidas para o início de 1988 (1). Um funcionário da FUNAI, afirma o jornal, em recente conversa com os garimpeiros, reconheceu que a operação realizada pelo Exército, FAB e Polícia Federal não teve o êxito esperado, creditando o resultado ruim à distante localização das pistas do Paapiú e Cambalacho nas áreas de garimpo, pois isso fez com que as tropas e o pessoal da Polícia permanecessem nas pistas enquanto os garimpeiros distribuíam-se pela floresta, dificultando a operação de retirada. De acordo com o jornal, já existe um plano para ser colocado em prática tão logo a pista do rio Couto de Magalhães esteja concluída. Esta pista está sendo construída por garimpeiros. O jornal indica o envolvimento na construção de empresários do ramo de vendas de motores e material de garimpo que estão recebendo a colaboração de pilotos vindos de fora e que estão operando clandestinamente em pistas localizadas na periferia de Boa Vista. A intenção dessas pessoas é transportar máquinas para a região com o objetivo de mecanizar a produção de ouro, tendo em vista que a lavra manual está chegando ao fim. De acordo ainda com o jornal, informações fornecidas pelo diretor da SUCAM dão conta de que regiões do Território onde não havia malária estão hoje com uma incidência muito grande da doença. O fato está sendo creditado a garimpeiros que, já doentes, estiveram nessas regiões e, servindo de alimento para o mosquito transmissor, contaminaram-no com seu sangue.

Segundo a FOLHA DE BOA VISTA de 20.12.1987, a presença em massa de garimpeiros na região do rio Couto de Magalhães é um fato social de características irreversíveis, sujeito entretanto a pequenos ajustes. Esta é a opinião média das autoridades em Brasília e Boa Vista, afirma o jornal, em relação à entrada de grandes contingentes de trabalhadores nas regiões auríferas do Território. A rigor, diz o jornal, existe um sentimento de simpatia generalizada à causa garimpeira por parte das autoridades constituídas, lideranças empresariais e o povo em geral. A instalação, por parte do governo, diz o jornal, de uma infra-estrutura de apoio e controle das atividades mineradoras empreendidas pelos garimpeiros no Território é, por unanimidade de opiniões, a alternativa mais coerente para a questão. Sob o programa interministerial preconizado pelo jornal, a Caixa Econômica Federal compraria o ouro para o Banco Central, a Cobal comercializaria comestíveis, a

(1) A operação não ocorreu.

SUCAM cuidaria de doenças endêmicas, a Polícia Federal disciplinaria e fiscalizaria os garimpos, afora a participação considerada imprescindível do Governo do Território. Dentro desta proposta, que o jornal chama de conciliadora, algumas questões ficariam a merecer estudos mais profundos, tais como a chamada aviação de garimpo, que garante a logística dos garimpos mas prescinde de uma série de portarias especiais do DAC - Departamento de Aviação Civil, para deixar de operar na semi-clandestinidade. O jornal aponta para os resultados de um projeto oficial desta magnitude, que poderiam ser apurados num prazo curto, considerando-se que o Território sofreria de imediato o impacto de altas somas de dinheiro vivo que a Caixa Econômica Federal injetaria na economia via compra de ouro, avivando desta forma o tímido comércio roraimense e estimulando o surgimento de inúmeros empreendimentos comerciais e industriais que o dinâmico setor garimpeiro exige.

A TRIBUNA DE MUCAJAI publicou em 20.12.1987 notícia dando conta de que uma nova pista de pouso estava sendo construída no garimpo "Novo Cruzado". Atualmente, conta o jornal, para se chegar ao "Novo Cruzado" é preciso tomar um avião até o garimpo "Cambalacho" e de lá seguir a pé por dentro da selva fechada, subindo e descendo as mais íngremes ladeiras. A viagem, continua a reportagem, dura exatamente dois dias e duas noites viajando a pé para chegar ao "Novo Cruzado", carregando peso, sendo que atualmente o único voo de Boa Vista para o "Cambalacho" está custando cerca de 50 a 60 gramas de ouro, alguma coisa perto de 60 a 80 mil cruzados, e um pouso não fica por menos de um grama de ouro - o preço do grama já beira os mil e 400 cruzados. Uma simples carteira de cigarros está custando um grama de ouro. Também um grama de ouro é quanto custa um quilo de arroz.

A FOLHA DE BOA VISTA de 23.12.1987 anuncia que nas regiões ricas em minério em Roraima, os garimpeiros - hoje um universo em torno de 6 mil homens - sofrem com a falta de assistência, em todos os sentidos, o que pode provocar consequências graves para o Território e para o país. Não existe um posto médico, afirma o jornal, e as doenças endêmicas chegam a causar mortes todos os meses, além, é claro, da falta de segurança pessoal, pois a formação de quadrilhas hoje é o grande fantasma da região. Somente nos últimos dias, diz o jornal, cinco pessoas morreram: quatro acometidas de doenças transmissíveis e um pistoleiro que foi assassinado por garimpeiros. Em 27.12.1987, o mesmo jornal conta que cerca de 700 homens se encontram em estado desesperador nos garimpos de "Novo Cruzado" e "Garimpo do Brados" devido a grandes surtos de malária, hepatite, tétano e outras sequelas provocadas por acidentes de trabalho. A informação foi prestada ao jornal pelo presidente do Clube Social Recreativo Asabranquense, que esteve nos dois garimpos a pedido de familiares de garimpeiros, uma vez que o clube é composto por inúmeras famílias destes. Tendo conhecimento anterior dos problemas de saúde ali existentes, afirma o jornal, levou vários medicamentos para os garimpeiros e lhes prestou socorro de emergência, chegando até mesmo a amputar o pé de um dos garimpeiros, ameaçado de gangrena. A construção de uma pista de pouso para aviões às margens do rio Couto de Magalhães foi considerada oportuna pelo delegado da FUNAI, que, segundo o jornal, deseja fazer cumprir a lei e retirar os garimpeiros da área. Na mesma data, a FOLHA DE BOA VISTA relata situação de calamidade nos garimpos, com 700 homens sofrendo sem nenhuma assistência médica. Conta que a situação dos quase quatro mil garimpeiros que se encontram dentro da reserva Yanomami, nos garimpos de "Novo Cruzado" e "Garimpo dos Brados", é de que 500 a 700 homens estão em situação de desespero, com malária, hepatite, tétano e muitos casos de acidentes no trabalho, entre outras enfermidades, todas sem tratamento médico específico. Muitos doentes sequer an-

davam mais quando da visita do presidente do Clube Asabranquense. Segundo ele, foram curados de malária e hepatite 176 enfermos, foram feitas nove cirurgias a sangue frio, sem nenhum recurso ambulatorial, 40 extrações de unhas e uma amputação no pé de um garimpeiro de 53 anos, que estava com gangrena. Relatou que o mais assustador é o custo de vida, com um analgésico custando 300 cruzados, uma aplicação de soro 7 mil e 300 cruzados, uma aplicação de injeção 3 mil e 600 cruzados. O mais espantoso, segundo o jornal, é o preço do quilo da farinha de mandioca, que em Boa Vista custa em média 45 cruzados e lá um mil e 800 cruzados. O jornal foi informado de que 80 por cento daqueles garimpeiros são colonos e agricultores que, sem dinheiro para investir na roça, vão para o mato arriscar a sorte, mas que também há vendedores, oficiais de polícia e até prefeito. Adverte que nos últimos meses têm chegado 12 garimpeiros por dia naquela região vindos de diferentes estados brasileiros, fazendo assim uma migração desordenada àquela região, sem a mínima condição de acolhê-los, podendo converter-se em um grande caos social. Houve duas mortes nesses 60 dias em que esteve lá o presidente do clube, informa o jornal, em decorrência de doenças tropicais, uma vitimada de botulismo e outra de hepatite.

Todos os garimpeiros sabem que aquelas áreas estão interditadas pela Polícia Federal, afirma a FOLHA DE BOA VISTA. O delegado da Fundação Nacional do Índio disse ao jornal que tem conhecimento da crítica situação em que se encontram os garimpeiros naquela região, mas ressalta que "eles estão sabendo que aquela área da reserva Yanomami está legalmente interditada para garimpagem pela Polícia Federal e a permanência deles lá é considerada ilegal pela lei". Adiantou ainda ao jornal que quanto à "Operação Evacuação" que a Polícia Federal em conjunto com o 2º Batalhão Especial de Fronteira - BEF, pretende desencadear em janeiro, enquanto o Governo Federal não tomar uma atitude que defina a liberação ou não das áreas para o garimpo, "qualquer cidadão que estiver lá está em situação irregular e portanto será evacuado". Disse ainda que a FUNAI está acompanhando de perto a construção de uma pista de pouso nas margens do rio Couto de Magalhães, no garimpo de Novo Cruzado, mas adianta que "o órgão nada vai fazer para impedir essa construção, porque essa mesma pista facilitará a retirada deles". A respeito da difícil situação de sobrevivência naquela área e da precária condição de saúde dos garimpeiros, disse ao jornal que "a FUNAI está muito preocupada com os altos índices de doenças tropicais até então registrados naquela área" mas, segundo ele, o que mais preocupa "é o perigo de uma crise epidemiológica que possa atingir as comunidades indígenas. Isso seria o caos", ressaltou ele ao jornal.

A fama de que Roraima é o novo Eldorado do ouro no Brasil espalhou-se por todos os recantos do país, afirma a FOLHA DE BOA VISTA de 30.12.1987: O número de garimpeiros que chegam a Boa Vista diariamente é impressionante, relata o jornal, adiantando que eles chegam como podem e não há um controle efetivo de migração para pelo menos saber como e em que condições esses trabalhadores vêm para Roraima. Eles devem vir, declara o jornal, mas não podem entrar na mata como chegam, na maioria das vezes doentes. É preciso, continua, que se tome uma providência, do contrário o número de mortes nas regiões de garimpos pode colocar Roraima em primeiro lugar na estatística de óbitos por doenças endêmicas.

Ainda em 30.12.87, a FOLHA DE BOA VISTA declara que a "febre do ouro domina Roraima, atraindo garimpeiros que usam qualquer meio de transporte: ônibus, avião, balsas e até a pé. Várias agências já foram abertas na ca-

pital, e o movimento de embarque e transporte de suprimentos é intenso. Cada agência chega a comandar dez vôos por dia, cobrando 25 mil cruzados por uma passagem de táxi aéreo. A notícia do novo Eldorado já está ecoando com toda a força em estados longínquos como Piauí e Mato Grosso, afirma o jornal. Alguns homens já estão abandonando garimpos mais antigos do Rio Madeira, em Rondônia, de Alta Floresta e Piacá, em Mato Grosso, e Itaituba, no Pará, para a grande aventura de encontrar ouro mais farto em Roraima, comenta o jornal. Há um esquema de intermediários de prestação de serviços aos homens do ouro que precisam de alguém para orientá-los na cidade grande - são os agenciadores, que marcam horário de vôo, compram mercadorias, transportam os homens até o aeroporto, etc., contratando cerca de 10 vôos por dia, levando de 30 a 40 passageiros e alguns quilos de bagagem. O jornal fornece indicação de onde podem ser localizados os agenciadores. A matéria destaca ainda que o grande projeto de exploração de Surucucu foi cortado em 1982 pelo decreto do então Ministro do Interior, Mário Andreazza, que praticamente cortou a região em área Yanomami, acabando com o sonho de muitos aventureiros. Agora a situação parece mudar, comenta o jornal, pois a pressão realizada pelo Exército, através do 2º Batalhão Especial de Fronteira, para retirar os garimpeiros da região Yanomami, surtiu efeito contrário. Atraiu a atenção dos homens do ouro de todo o Brasil. E a corrida não terá mais fim até a legalização e liberação total, afirma a FOLHA DE BOA VISTA, conforme muitos esperam pacientemente para a grande arrancada do Território rumo à sua emancipação política e econômica. A tentação é grande, diz o jornal: como a região é riquíssima, já se calcula em 130 quilos de ouro o total vendido de ouro por mês em Boa Vista - ou 130 milhões de cruzados. A tendência, afirma o jornal, é de maior circulação de dinheiro e mais movimento no comércio, como já acontece no aeroporto. O temor maior dos garimpeiros, adianta o jornal, é que proibam o fornecimento de gasolina, pois seria o único meio de cortar o fornecimento de gêneros alimentícios para os garimpos e conseqüentemente forçar a retirada dos homens que lá estão. O transporte aéreo é fundamental, declara um agenciador ao jornal, pois é possível chegar por via terrestre até os locais de trabalho, mas torna-se impossível permanecer ali sem comida. "Varando por Mucajaí", avisa um intermediário, "um garimpeiro bom de mato demora cerca de 20 dias a fazer o percurso".

Janeiro 1988

Com a manchete "Falta Homem", a TRIBUNA DE RORAIMA (1º de janeiro de 1988) chama a atenção para a falta de mão-de-obra não qualificada em Boa Vista, que ficou patente no final do ano, quando as empresas que trabalham no ramo da prestação de serviços constataram que não há homens disponíveis para esse tipo de trabalho. Estariam todos no garimpo, diz o jornal. A situação está ficando tão crítica, segundo o jornal, que algumas empresas já estão pensando em recrutar mulheres para o trabalho braçal, que antes era privilégio quase que exclusivo do sexo masculino, e até para a área de segurança.

O ESTADO DE S.PAULO noticia em 03.01.1988 que ainda este ano a comunidade indígena Yanomami terá as suas terras demarcadas, conforme garantiu o presidente da Fundação Nacional do Índio- Funai. Segundo o jornal, o presidente do órgão nomeou uma comissão de 12 técnicos para fazer o levantamento fundiário e cartorial com vista à demarcação e à definição das atividades a serem incrementadas na área Yanomami, localizada nos territórios de Roraima e do Amazonas, com recursos do Projeto Calha Norte. Disse o presidente da FUNAI ao jornal que "a área Yanomami é uma área síntese do problema da demarcação em faixa de fronteira, e tornou-se uma questão histórica pelos problemas internacionais que a envolvem",

adiantando que "o governo brasileiro já recebeu correspondências de pessoas e entidades de países como Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, entre outros, preocupados com o problema. Segundo declarou ao jornal, a demarcação das terras Yanomami "é uma prioridade de governo" e isso já foi assegurado pelo Presidente Sarney.

Sob o título "Funai a fim de brevar guerra dos Yanomami e garimpeiros", os jornais CORREIO BRAZILIENSE (31.12.87) e NOTÍCIAS POPULARES (03.01.1988) de São Paulo anunciam que, com o objetivo de evitar novos conflitos envolvendo garimpeiros e os índios Yanomami, a FUNAI e o governo do Território firmaram um convênio que prevê a instalação de um posto de vigilância na região do Mucajaí, dentro da área indígena onde, em agosto do ano passado, um confronto armado envolvendo índios e garimpeiros levou à morte quatro indígenas e um garimpeiro. Assinado pelo governador do Território e pelo Presidente da FUNAI, diz NOTÍCIAS POPULARES, o convênio é parte de um plano de emergência para a área, que será desencadeado ainda no início deste mês - quando uma equipe capacitada por técnicos da FUNAI procederá aos levantamentos fundiário e sócio-econômico com vista à demarcação definitiva da área Yanomami. A área indígena Yanomami tem cerca de cinco mil indígenas (1), comentam os jornais, e uma pretensão de quase 10 milhões de hectares, onde operam cinco grandes garimpos. "A partir da demarcação definitiva da área indígena, da definição clara de seus limites, será possível a presença dos garimpeiros sem que haja conflitos", disse o governador de Roraima ao jornal.

A TRIBUNA DE RORAIMA de 08.01.1988 anuncia que a Polícia Militar vai controlar os garimpeiros, tendo sido deslocado um efetivo da Polícia Militar para o município de Mucajaí com a missão de controlar a entrada de garimpeiros na região do Paapiu.(2) Segundo a fonte governamental que confirmou a informação, diz o jornal, a ida dos PMs faz parte de uma operação destinada "a organizar as coisas nos garimpos, já que está entrando muita gente desqualificada e isso tem provocado confusão e um exagerado aumento da violência". Outro aspecto que preocupa as autoridades, ressaltam o jornal, é a ida de muitas mulheres para a região dos garimpos e normalmente isso deve gerar mais confusão e violência. O jornal destaca que a fonte ressaltou que a presença militar nada tem a ver com a retirada dos garimpeiros, afirmando que "não é essa a intenção da operação. O que vai ser feito é um efetivo controle de quem está entrando e quem está indo para os garimpos apenas para aventurar", pois, "como já foi dito, os garimpeiros estão desorganizados e a presença deles nas proximidades das malocas indígenas só vai provocar novos conflitos: a missão da PM é exatamente evitar que isso ocorra". Conforme a matéria do jornal, se depender do governador interino, general Roberto Klein, todos os garimpos atualmente em funcionamento no Território serão mantidos abertos e legalizados. Para o general, afirma o jornal, isso contribuiria para o desenvolvimento de Roraima e beneficiaria os próprios índios, que receberiam um percentual pela exploração dos minerais existentes no subsolo de suas terras.

(1) Conforme Terras Yanomami, 1984, FUNAI, há cerca de 9.000 Yanomami no Brasil

(2) As autoridades, conforme declarações dos Yanomami, não estão conseguindo controlar a entrada.

A FOLHA DE BOA VISTA de 08.01.1988 noticia o anúncio feito pelo presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal, de que os garimpos do Território serão bloqueados, e não interditados, como chegou a ser cogitado na capital federal, e todos os homens que desejarem entrar na área serão cadastrados, juntamente com os que já estão trabalhando no local, e os lançamentos vão parar. As autoridades ainda não definiram como executarão o controle do garimpo, informa o jornal, mas uma coisa é certa: as áreas indígenas serão delimitadas para se evitar o conflito entre índios e garimpeiros. Altino, que segundo o jornal vem mantendo contato com o ministro Bayma Denys, levando-lhe mapas sobre as regiões auríferas, o número de homens trabalhando, etc., garantiu que as áreas indígenas jamais serão contínuas como antes, referindo-se ao decreto do ex-ministro Mário Andreazza, que na sua opinião delimitou área muito extensa para os Yanomami.

A TRIBUNA DE RORAIMA de 15.01.1988 anuncia que as Forças Armadas estão implantando em Roraima o Programa de Assistência Social Especial Integrada - PASEI - que vai atender a brancos e índios, destacando que os maiores beneficiados serão, sem dúvida, os milhares de garimpeiros que estão no Território sem assistência. Avisa também que a SUCAM acaba de instalar um posto na Colônia do Apiaú, onde quem visitar a região vai ter que parar, obrigatoriamente, no posto de vacinas. Segundo a TRIBUNA DE MUCAJÁI (17.01.1988) o PASEI vai desenvolver na Amazônia Ocidental um sistema de saúde voltado exclusivamente para atendimento aos índios, militares e civis que vivem na faixa de fronteira abrangida pelo Projeto Calha Norte. Em Roraima, diz o jornal, o sistema atenderá às áreas de Auaris, Ericó e Surucucus.

Em declaração ao jornal A CRÍTICA (Manaus, 16.01.1988) o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, destacou que se os aviões da Aeronáutica estão jogando alimentos para os garimpeiros que invadiram a reserva dos Yanomami, isto é pura rotina na região Amazônica, declarando: "Os soldados jogam alimentos para a população independente da raça a que pertençam. Mas vamos identificar a vigilância na área dos garimpos. Tenho relatórios semanais da FUNAI sobre a situação das áreas indígenas e principalmente das invasões ocorridas. Mas com o Calha Norte vamos implantar uma infra-estrutura inclusive para os indígenas".

Em 20 de janeiro de 1988, a equipe interministerial que fazia levantamento da área Yanomami suspendeu seus trabalhos na área do Toototobi (AM). O motivo alegado oficialmente foi falta de combustível para continuar os trabalhos, porém a CCPY receia que isso tenha se dado devido ao fato de que estavam prestes a alcançar as áreas ocupadas ilegalmente por garimpeiros.

A FOLHA DE S. PAULO de 23.01.1988 conta que uma "febre de ouro" maior que a ocorrida há oito anos em Serra Pelada, leste do Pará, acontece agora numa área de um milhão de hectares de selva, a cerca de 200 km a leste de Boa Vista, capital de Roraima. Segundo o enviado especial do jornal a Roraima, no começo de dezembro havia 2.500 garimpeiros no local, onde são extraídos com métodos rudimentares 30 quilos de ouro

por dia, e hoje o número de garimpeiros seria de aproximadamente 10 mil. A área, no entanto, diz o jornal, pertence aos Yanomami, praticamente o último grupo étnico com pouco ou nenhum contato com a civilização. O delegado da FUNAI em Roraima disse ao jornal que a invasão dos garimpeiros foi dirigida de tal forma que não têm mais meios de controlar. Os aviões aterrissam uns atrás dos outros na pista de 1.220 metros que o governo abriu anteriormente e que a Aeronáutica ampliou no ano passado como parte do Projeto Calha Norte. Um funcionário da FUNAI junto à maloca Yanomami de Paapiu conta ao repórter que "o índio deixou de caçar e colher banana e mandioca. Agora quer arroz e feijão que o branco dá." Tinha uns 50 na maloca, mas não para de chegar parentes das malocas vizinhas, sabendo que aqui o esforço para sobreviver é menor". Um Yanomami passa, indiferente, pelo chefe do posto e pelo repórter da FOLHA, conta a reportagem, carregando um rifle nas costas e, na mão direita, um saco plástico com cartuchos. E o Estatuto do Índio proíbe terminantemente que eles andem armados, lembra o jornal. A presença do branco também implica na transmissão de moléstias para as quais o organismo do índio não tem a mínima defesa, apesar de não haver dados estatísticos sobre as incidências, diz o jornal. Numa maloca mais ao norte do Paapiú(1), informou ao jornal Claudia Andujar, coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), dos 320 indivíduos, 280 foram acometidos de gripe, entre eles 84 com complicações pulmonares. Numa terceira maloca, continua a notícia, as 12 mortes registradas em 1986 subiram para 19 no primeiro semestre do ano passado. Depois, informa a matéria, com a expulsão dos médicos da CCPY, as mortes deixaram de ser computadas. Nesses dois casos, o jornal informa que o contato do índio ocorreu com militares trabalhando para o Projeto Calha Norte.

Em matéria de 24.01.1988, o jornal O ESTADO DE S.PAULO conta que os garimpeiros - a imensa população nômade que percorre a Amazônia em busca de riqueza, emigrando de Alta Floresta, de Serra Pelada ou outros garimpos para a região - tentam evitar a presença dos índios e, de fato, na região onde se encontram as pistas de pouso não existem tribos.(2) As más condições das novas pistas, porém, que vêm quebrando uma média de três aviões por dia, segundo o jornal, fizeram com que os pilotos se lembrassem de uma comprida e plana pista construída na década de 60 pela Comissão de Aeroportos da Amazônia (COMARA) à beira de um posto da FUNAI e de uma tribo Yanomami com cerca de 20 índios apenas.

(1) Na área administrativa do PIN Surucucus.

(2) Na área do baixo rio Apiaú os Yanomami foram dizimados em consequência de doenças contagiosas nos anos '70. Quem sobreviveu fugiu para o rio Mucajaí onde se encontram atualmente (PIN Flechal). Ainda se encontram as velhas roças no baixo rio Apiaú e conforme declarações dos missionários da MEVA da Missão do Mucajaí, é área de caça dos Yanomami (Vide relatório CCPY, 1982).

Sob o título "Garimpeiros: religiosos levam ouro dos índios", o jornal CORREIO BRAZILIENSE (26.01.1988) apresenta denúncia do presidente da Associação Profissional dos Garimpeiros do Território Federal de Roraima de que "a Igreja está explorando índios na garimpagem de ouro. Os índios são obrigados a entregar o ouro a missionários. É tudo gente estrangeira". A acusação, diz o jornal, tem por base a situação atual no Território Federal de Roraima, onde os índios Yanomami vivem numa área rica em ouro, estanho e diamante, afirmando que na verdade os índios foram atraídos para a região pelos "missionários americanos", que se instalaram no local visando somente pesquisar a área. Segundo a notícia, no período de 1976/77 garimpeiros, percorrendo a região, verificaram a existência de catas de exploração e vestígios de fornos de fundição de cassiterita. Outros vestígios, continua a notícia, também foram encontrados na serra Couto de Magalhães, próximo a uma pista utilizada por uma missão americana, onde é grande a incidência de ouro aluvionar. O presidente da Associação acusa ainda os padres de terem instigado os índios contra os garimpeiros, causando o conflito que resultou em mortes em agosto do ano passado no garimpo de Paapiu, declarando também ao jornal que há índios armados com armas modernas, que supõe sejam americanas. Contou ainda que a exploração dos índios pelos missionários vem incentivando o contrabando de ouro, afirmando que vários garimpeiros já viram um helicóptero amarelo que desce nas praias dos rios para buscar ouro, comentando que dizem que vai direto para os Estados Unidos.(1)

Matéria de quatro páginas da revista ISTO É de São Paulo em 27.01.1988 aponta para o fato de que o Território Federal de Roraima está atraindo uma das mais rápidas levas de migrantes registradas na história recente da Amazônia. Segundo a revista, em menos de seis meses, 10 mil garimpeiros forçaram a porta de entrada de uma região tão rica como controvertida, pois essa aventura situa-se em área interdita pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) declarou à revista que o território possui praticamente todos os minerais econômicos do planeta, como o ouro, o diamante e as terras-raras, faltando apenas a infra-estrutura adequada para viabilizar a produção. Segundo declarações de garimpeiros à revista, a dificuldade de convívio com os índios da região não está nos índios, mas nos homens brancos e estrangeiros que se entrincheiraram nas missões religiosas americanas e européias instaladas em Roraima. Diz a reportagem que o ministro do Interior, João Alves, acredita que o maior interessado no fim do garimpo é o capital multinacional, por temer que a entrada do produto brasileiro no mercado possa provocar uma queda nos preços. "As multinacionais montam uma fachada de defesa da ecologia e das comunidades indígenas para mascarar seus interesses", declarou o ministro a ISTO É, acrescentando que o mais irônico é que a esquerda acredita e vai atrás. Se dependesse da FUNAI, adianta a revista, ninguém garimparia na área. Atualmente estão interditados ao garimpo e à mineração 2,8 milhões de hectares no território, explica a matéria, acrescentando que a medição da área do parque Yanomami, solicitada três vezes pelas sucessivas administrações da fundação, resultou em territórios maiores cada vez que uma nova equipe de antropólogos ia a campo, "espalhando-se cada vez mais confortavelmente sobre as ocorrências minerais do território", comentou ironicamente à revista o superintendente-geral da FUNAI, Marcelo Chagas. A FUNAI promete demarcar até o final deste ano todo o parque Yanomami, diz a revista, cuja área terá possivelmente contornos diferentes da atualmente interdita, tornando mais fácil impedir a entrada de estranhos, na opinião da revista, pois do lado de dentro só viverão índios, e talvez

(1) É matéria típica de difamação sem nenhum fundamento.

funcionários de empresas mineradoras que, de acordo com as novas normas a serem aprovadas pela Assembleia Constituinte, possam operar ali. Enquanto isso, diz a matéria, os garimpeiros procuram dar às áreas que ocuparam na reserva Yanomami uma aparência de fato consumado.

A FOLHA DE S.PAULO, em nota publicada em 29.01.1988 noticia que a CCPY enviou telegrama ao presidente Sarney protestando contra a invasão daquela reserva indígena por 15 mil garimpeiros, advertindo que os índios correm o mesmo risco dos anos 70, quando a construção da rodovia Perimetral Norte acabou dizimando diversas tribos da Amazônia, em virtude de doenças levadas pelos brancos.

OBS.: Os grifos são nossos.

### 3. O YANOMAMI AMEAÇADO.

Em inúmeras instâncias na história do Brasil, nações indígenas inteiras foram exterminadas pela violência ou por doenças alienígenas. Essas mesmas ameaças pairam agora mais do que nunca sobre o povo Yanomami, um dos últimos grupos indígenas no planeta que mantêm e preservam sua cultura tradicional praticamente intocada, em consequência da invasão maciça de seu território por garimpeiros.

Dentro desse quadro assustador, a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), que há dez anos vem desenvolvendo uma campanha em defesa da terra e da saúde do povo Yanomami, teve sua equipe de saúde proibida de atuar na área Yanomami (desde agosto de 1987), exatamente quando, devido às invasões garimpeiras, os índios Yanomami estão mais vulneráveis às epidemias. Embora reconhecendo-se que os garimpeiros enfrentam sérios problemas, reconhece-se também que sua solução não deve causar prejuízos às comunidades Yanomami. A entrada de garimpeiros, ou não-índios de qualquer tipo, sem um controle de saúde, em área de índios com pouco contato, leva à morte e à desagregação social, como demonstram experiências anteriores.

Até fins de 1973, os contatos dos Yanomami com a sociedade envolvente foram esporádicos: expedições científicas, Comissão de Limites, missionários, membros da FAB - Força Aérea Brasileira, e os primeiros espoliadores das riquezas do território indígena: caçadores, balateiros, castanheiros..., etc. (1)

Em 1974, a BR-210, denominada Rodovia Perimetral Norte, cortou o sul do território Yanomami (trecho Caracaraí/Içana, nas áreas do Território de Roraima e Estado do Amazonas), provocando sério abalo nos grupos atingidos. As equipes de desmatamento (sub-empreiteiras da construtora Camargo Correa), penetraram maciçamente na região, trazendo as primeiras gripes e o sarampo, mortais para os Yanomami. Segundo depoimento do Professor Orlando Sampaio Silva, da Universidade do Pará, as consequências dessa penetração já se faziam sentir dois anos mais tarde:

"Agravando a problemática dos Yanoama, (...) , com a construção da rodovia BR-210 - a Perimetral Norte - algumas de suas aldeias se desorganizaram e cerca da metade de sua população morreu assolada por gripes, sarampo, tuberculose, doenças venéreas (...),

(1) Documento "Parque Indígena Yanomami, Proposta de Criação e Justificativas".

índias foram prostituídas e, hoje, restam alguns remanescentes que perambulam pelas margens da estrada, em degradação psicológica e socialmente alienados." (...)

"Alguns grupos da região do rio Ajarani foram dispersados, suas aldeias extintas, muitos índios morreram. São "Yauari" (grupo Yanomami) os remanescentes que perambulam às margens da Perimetral Norte. Alguns indígenas (Yanomami) têm sido engajados como mão-de-obra secundária, em serrarias existentes no trecho anterior ao rio Repartimento." (Sampaio Silva 1978: 6-8)

As consequências da construção da Perimetral Norte no território Yanomami, no que diz respeito aos problemas de saúde enfrentados pela população indígena, podem ser avaliados corretamente pelos seguintes dados:

a) Na região do Igarapé Repartimento e rios Ajarani e Pacu (na altura dos KM 40 a 105 da Perimetral Norte - RR), o contato com os trabalhadores da estrada causou a morte de inúmeros índios, reduzindo treze aldeias a oito pequenos grupos de famílias (relatório FUNAI 1977), que vivem maltrapilhos e dispersos, à margem da estrada (entre os KM 29 e 50). As condições de saúde dos índios remanescentes são péssimas, havendo entre eles ocorrências de pneumonia, tuberculose e doenças venéreas ("O Estado de S. Paulo de 12.12.75).

b) À altura do KM 145 da Perimetral Norte, grupos indígenas foram também atingidos por inúmeras epidemias de gripe, faringite e sarampo: entre os anos de 1971-77, nos 38 meses anteriores à chegada dos primeiros trabalhadores da estrada, os missionários dessa região efetuaram 4.956 (quatro mil, quinhentos e noventa e seis) atendimentos a doentes: nos 38 meses subsequentes, o número de atendimentos elevou-se a 18.488 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta e oito); a população de alguns grupos, distantes cerca de 60 KM ao Norte da Missão, chegou a ser reduzida a menos da metade. A Missão (do rio Catrimani) comunicou à 10ª DR (Delegacia Regional) da FUNAI, em 3.5.77, a morte de 68 índios, em consequência de um surto de sarampo (relatório FUNAI: 1977). Era o segundo surto de sarampo na região do Catrimani, desde a chegada da estrada, em 1974.

Os fatos se repetem agora com a construção de estradas e ampliação de pistas de pouso para a implantação do Projeto Calha Norte, vasto programa militar e de desenvolvimento econômico que abrange toda a região compreendida pelos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas.

Os pormenores do Projeto Calha Norte mostram que 50.000 índios que vivem na área vão sofrer negativamente os efeitos das medidas a serem tomadas a partir das suas premissas principais, que recomendam ocupar os "vazios demográficos", principalmente a faixa de fronteira de 6.500 Km, desde a Colômbia até a Guiana Francesa. A implantação do Projeto está seguindo um padrão de ocupação do território Yanomami e já está deixando suas marcas no frágil estado de saúde dos Yanomami, em seu igualmente frágil eco-sistema e em sua economia.

Desde a implantação desse Projeto, em princípios de 1986, com a expansão das pistas de pouso, os índios mantêm contato com grupos de trabalhadores

da construção que adentram a região de uma maneira desordenada e sem as necessárias precauções de saúde e supervisão médica. Em abril de 1986, uma equipe de engenheiros empregados pela COMARA (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, uma divisão do Ministério da Aeronáutica) chegou ao coração da área Yanomami, a Serra de Surucucus, onde vivem 3.500 índios isolados. Foram seguidos logo depois por 20 a 40 trabalhadores vindos de diversas partes do país. Dinamite foi utilizada para o alargamento da pista de pouso da FUNAI já existente. A caça começou a escassear na região. Os problemas logo começaram a surgir: várias epidemias de gripe foram registradas entre os índios. Até julho de 1987, 19 mortes aconteceram em Surucucus, em consequência de diversas enfermidades. O empreiteiro responsável pelas obras trouxe bebidas alcoólicas para os seus trabalhadores e ofereceu armas de fogo aos índios como bem de troca. Índios foram empregados como mão-de-obra na construção da pista e vieram de regiões distantes para trabalhar, o que criou problemas de falta de comida.

O drama vivido pela população do rio Uraricaá (malocas do PIN Ericó e comunidade de Campo Verde) ilustra um caso passível de dizimação pelo contato com garimpeiros (Boletim URIHI, CCPY, novembro 1987). Introduzida por garimpeiros, a malária encontrou no próprio garimpo um ambiente favorável à sua disseminação: tipos de moradia, formação de criadouro de anófeles nos canteiros de trabalho e na lavagem de ouro. O tratamento de saúde mal orientado feito nos garimpos favoreceu a proliferação de cepas de p. falciparum resistentes aos anti-maláricos comuns. A proximidade dos garimpos, que se encontram dentro da área interdita, a circulação frequente de índios pelos garimpos ou de garimpeiros que invadem a área indígena subindo o rio à procura da sorte, fez com que a malária atingisse gravemente a população indígena. Entre os 180 habitantes das comunidades do Ericó e Campo Verde foram registrados 15 óbitos durante os anos de 1985/86, o que representa 8,3% da população. Todos os óbitos foram de crianças, dez deles tendo causa na malária. Há casos registrados de crianças menores de um ano de idade que enfrentam sua quinta malária.

Seguindo o mesmo caminho de outros agentes mórbidos, o bacilo de Koch também entrou através do contato. A região mais atingida pela tuberculose foi a área ao longo do médio rio Mucajaí, com 65 casos após o contato permanente com fazendeiros do baixo rio Mucajaí e colonos do Projeto Apiaú. Segundo os dados registrados no Boletim Urihi (novembro 1987),

a incidência de tuberculose era de 24/10.000 habitantes em 1986 entre os 6.500 Yanomami do Território Federal de Roraima (a incidência esperada para a população brasileira em 1983 era de 5,2/10.000).

Além das doenças trazidas pelos garimpeiros, outro aspecto preocupante da garimpagem do ouro é a contaminação dos rios e de sua microfauna e microflora, através do uso de mercúrio. Os índices de contaminação, segundo "The Cousteau Society" (A CRÍTICA, Manaus, 13.01.1988) retratam uma realidade estarrecedora: 6% do total de mercúrio antropogênico emitido na atmosfera são provenientes da Amazônia, através da garimpagem. Desde 1979, 128 toneladas de mercúrio - máxima estimada - foram lançadas nos rios da Amazônia pelas mãos dos garimpeiros.

É nesse quadro, sucintamente colocado, que se encerram os riscos conhecidos de um contato indiscriminado para uma população recém contatada como são os Yanomami. A entrada indiscriminada de grupos de pessoas como os garimpeiros, peões de construção e outros, colocam os Yanomami frente à coqueluche, o sarampo, a malária, a tuberculose, a difteria, etc., que podem disseminar-se pela área, apesar do fato de a CCPY ter conseguido, entre os Yanomami de Roraima, uma boa cobertura vacinal entre 1981 e 1987 nos postos da FUNAI e entre as comunidades mais próximas dos postos. Por ocasião da suspensão dos trabalhos da CCPY na área Yanomami, além da vacinação recebiam assistência médica 700 Yanomami na serra de Couto de Magalhães, 250 na área do rio Ericó, 75 no PIN Demini, 130 no médio rio Mucajáí, e comunidades de outras áreas. Existem, porém, grandes áreas populosas, atingíveis apenas por helicóptero, que precisam ser contatadas e socorridas.

Foi dentro desse quadro delicado e ameaçador que a CCPY foi abruptamente afastada da área. A situação se agrava a cada dia com a corrida dos garimpeiros que, segundo as notícias veiculadas pela imprensa local, devem chegar a 50 mil nos próximos meses. A incidência da malária nas regiões dos garimpos de Cambalacho, Rio Novo, Novo Cruzado e da Cabeça, todos localizados na área Yanomami, já é calamitosa, e os índios que vivem próximos a esses garimpos estão diminuindo rapidamente em número. A mortalidade infantil nessas regiões já atingiu 28% na faixa etária de até quatro anos de idade nessas regiões. A anemia da população do PIN Ericó, nas proximidades do garimpo Santa Rosa e Cabeça já atingia 90% em 1986 (Relatório de Saúde CCPY, 1987).

Sendo a principal preocupação da CCPY a sobrevivência do povo Yanomami, tem sido difícil aceitar o fato de ter sido forçada a deixar a área, sabendo que a FUNAI não tem condições de atender as áreas isoladas ou invadidas por garimpeiros. Acreditamos que a remoção dos agentes de saúde da CCPY, cuja experiência de trabalho é de longa data, no momento em que o Yanomami sofre a maior ameaça de extermínio de sua história, representa colocar em risco a sobrevivência de milhares de Yanomami no Brasil.

São Paulo, 26 de fevereiro de 1988

4. Representação da CCPY/ABA ao Procurador Geral de  
República

Excelentíssimo Senhor Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence,  
M.D. Procurador Geral da República.

A COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI - CCPY, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede à rua São Carlos do Pinhal, 345/2006, São Paulo, inscrita no CGC sob nº 533740/0001-33, a final assinada por seu sócio e procurador Abel de Barros Lima, brasileiro, divorciado, consultor em administração e finanças, portador do RG nº 1000362834, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, e a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - ABA - sociedade civil que congrega os profissionais de antropologia, sem fins lucrativos, com sede na cidade de São Paulo, inscrita no CGC sob nº 30024640/0001-00, a final assinada por sua presidente Manuela Carneiro da Cunha, viúva, portuguesa, antropóloga, residente e domiciliada em São Paulo, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência apresentar esta REPRESENTAÇÃO, para que a Procuradoria Geral da República, em nome da União Federal, tome medidas administrativas e judiciais cabíveis na proteção do Patrimônio Público Federal ameaçado, como a seguir se expressa:

1. Em 1982 a Portaria Ministerial SGM/025, de 09.03.1982, interditou uma área de sete milhões de hectares, considerados como terras de ocupação dos Índios Yanomami, com uma população de aproximadamente 9.000 Índios. Pouco menos de três anos depois, em 08.01.1985, a Fundação Nacional do Índio fez publicar a Portaria nº 1817, delimitando a área em cerca de nove milhões de hectares (ver anexo I). Muito antes desta constatação

oficial da existência, ocupação e habitação destas terras pelo Yanomami, o Governo Federal, já havia criado sobre parte de sua área, pelo Decreto nº 51.042, de 25.07.61, a Reserva Florestal de Parima, e pelo Decreto nº 83.550, de 05.06.79, o Parque Nacional do Pico da Neblina. Estas duas áreas ocupam os extremos e fazem parte da terra oficialmente reconhecida como indígena. De qualquer modo, todos estes decretos e portarias incidem sobre a faixa de fronteira. Trata-se, portanto de terra pública.

2. É de se analisar o caráter e a natureza jurídica destas terras. Antes de mais nada, são terras públicas federais. A sua localização em faixa de fronteira assim o determina, independentemente da existência de rios federais, estradas ou mesmo do fato de que a maior parte desta área está situada no Território Federal de Roraima (somente uma pequena parte no Estado do Amazonas). Não há, assim, qualquer possibilidade de dúvida a respeito do caráter público e federal destas terras. Sua intrusão e invasão, como está acontecendo, é uma questão que diz respeito à Procuradora Geral da República.

Se é certo que são terras públicas federais, não é menos certo de que não se tratam de terras devolutas. O conceito de terras devolutas se faz por exclusão. Não são terras devolutas as incorporadas ao domínio privado nem aquelas aplicadas a algum uso federal, estadual ou municipal, não são terras devolutas aquelas cuja lei, ordenamento ou ato administrativo dão uma destinação específica. Os decretos 51.042/61, e o 83.550/79, que criam a Reserva Florestal de Parima e o Parque Nacional do Pico da Neblina, respectivamente, excluem as duas áreas de eventual natureza devoluta. São bens públicos da União destinados a servir de Reserva Florestal e Parque Nacional com a incidência, controle e manejo que a lei lhe outorga. Em qualquer caso, pelo fato de ser Reserva ou Parque Nacional, está proibido o uso, a permanência e com muito mais gravidade a atividade econômica nestas áreas.

A grande extensão de terra que sobra entre o Parque do Pico da Neblina e a Reserva de Parima tampouco é devoluta. Os testemunhos de exploradores e expedições científicas confirmando a existência de Índios Yanomami nesta região remontam ao século XVIII. De fato, Gama Lobo D'Almada (Comissão Portuguesa de Limites) assinala a existência destes Índios em 1787. São inúmeras as referências científicas e a partir de 1950 a presença

de missões católicas e protestantes são marcos de incontroversa presença indígena na região, vivendo sempre segundo padrões culturais tradicionais. Não há quem contradiga a presença dos Yanomami na região e não há, quem conheça a área, que não possa atestar a ocupação que este povo exerce sobre o território.

Estas terras ocupadas por índios tem, segundo a Constituição vigente, uma clara e precisa destinação: "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos em que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes" (artigo 198), portanto, as terras ocupadas pelos indígenas deixam de ser devolutas porque a Lei Maior prescreve uma precisa destinação, a posse permanente dos próprios índios. Some-se a este preceito constitucional, outra disposição da mesma estirpe legal, o artigo 49 da Constituição vigente: "inclui-se entre os bens da União: (...) IV - as terras ocupadas pelos silvícolas". Portanto estas terras públicas federais o são independentemente de situação geográfica ou de qualquer manifestação de vontade da Administração. Porém, neste caso, houve manifestação da Administração, por duas vezes, a citada Portaria Ministerial GM/025, que interditou para estudos a área, e a portaria 1817 da Funai, que delimitou a ocupação indígena, isto é, descreveu a efetiva posse indígena. Não resta dúvida do caráter público da gleba em questão!

3. Acontece que este bem público, merecedor de especial atenção da Administração Federal, seja diretamente, seja indiretamente por órgãos como a FUNAI - Fundação Nacional do Índio e IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, está sendo intrusado, invadido, saqueado em suas riquezas por hordas de garimpeiros que levam todos os males de nossa civilização aos índios yanomami. A gripe, a tuberculose, a malária assumem para os povos yanomami um perigo de morte. Há notícias da existência de mais de 10.000 garimpeiros na área, em garimpos como Grota da Cabeça, Cambalacho, Novo Cruzado, Paapiú. Estes garimpos se localizam em vários pontos, inclusive na reserva florestal e no Parque. É mister urgente que o Poder Público Federal tome medidas para reverter esta situação, garantindo a inviolabilidade do bem público e sua destinação precípua, a posse indígena.

Não se trata de pequenas e pontuais invasões de um ou dois homens que entram para roubar uma fruta, uma pedra pre-

ciosas ou aventurar uma caçada. São milhares de pessoas, organizadas, que entram de avião, cavalo ou a pé, que abrem pistas de aviação clandestinas ou utilizam as irresponsavelmente abandonadas pelas autoridades públicas. Não é segredo nem mistério que há pelo menos dois helicópteros a serviço dos garimpeiros, que portam armas privadas do Exército, que trazem bebidas e incentivam a prostituição. Comprovadamente três yanomamis foram assassinados brutalmente no garimpo Novo Cruzado e pelo menos outros quatro morreram na antiga Missão Catrimani.

A FUNAI, tornando a situação ainda mais dramática, retirou todas as missões católicas e protestantes da área, determinando ainda a saída de todos os médicos e seus auxiliares da CCPY, que mantinham a situação endêmica da região controlada. Não se pode saber a que propósito serve esta decisão, mas o fato é que, na prática, a FUNAI determinou a retirada de todas as equipes médicas, abrindo as portas para o genocídio.

O argumento de que a exploração mineral naquelas terras é fundamental ao desenvolvimento do país é falacioso. A Companhia Vale do Rio Doce fez prospeções na área e considerou inconveniente e incompatível o trabalho de exploração mineral na área. Em longa carta enviada ao Diretor Geral do DNPM, afirma que não deve ser desenvolvida lavra na região, porque "é incompatível a presença de elementos estranhos entre os indígenas, especialmente a introdução de maquinarias pesadas, poluição ainda que parcial dos cursos d'água e outra série de perigos a que estarão sujeitos os índios em consequência do contato, às vezes inevitável, com o branco". Além disso, continua a carta, "O país possui outras áreas produtivas e em desenvolvimento ao sul da Amazônia e na Região Centro Oeste, com capacidade de atendimento, suficiente e a longo prazo, das necessidades internas de cassetete rita, inclusive gerando excedentes exportáveis". Assim, esta corrida enlouquecida, sem programa, plano ou objetivo que não o lucro imediato e pessoal, está em desarmonia até mesmo com o interesse de desenvolvimento nacional quanto mais com o bem público representado pela vida de 9.000 índios, que necessitam, esperam e têm direito a proteção do Estado.

Desta forma, é a presente REPRESENTAÇÃO para dar conta da grave ameaça e lesão que ora sofre o patrimônio público Federal representado pela gleba de terra descrita no Mapa anexo, com consequências desastrosas aos yanomami e à ecologia, e encarece encaminhamento que assegure sua proteção.

Pelo exposto, pede providências.

De São Paulo para Brasília em 10 de fevereiro de 1988.



Comissão pela Criação do Parque Yanomami  
CCPY - Abel de Barros Lima



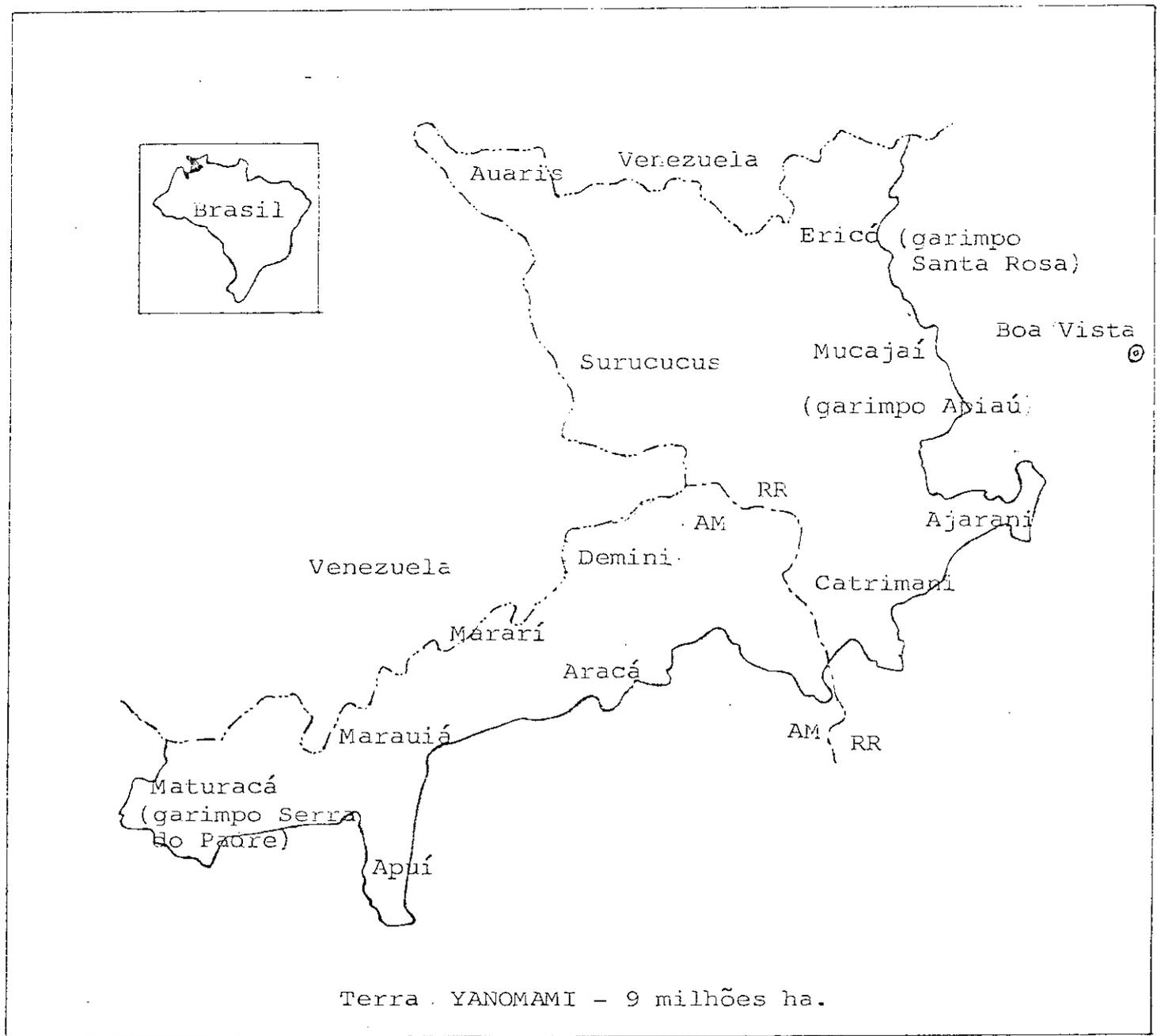
Associação Brasileira de Antropólogos  
ABA - Manuela Carneiro da Cunha

- Anexos: I - Mapa da Área, com anotações  
II - Recortes de Jornais Nacionais e de Roraima  
III - Documento Conflito e Morte no Garimpo da Serra do Couto de Magalhães

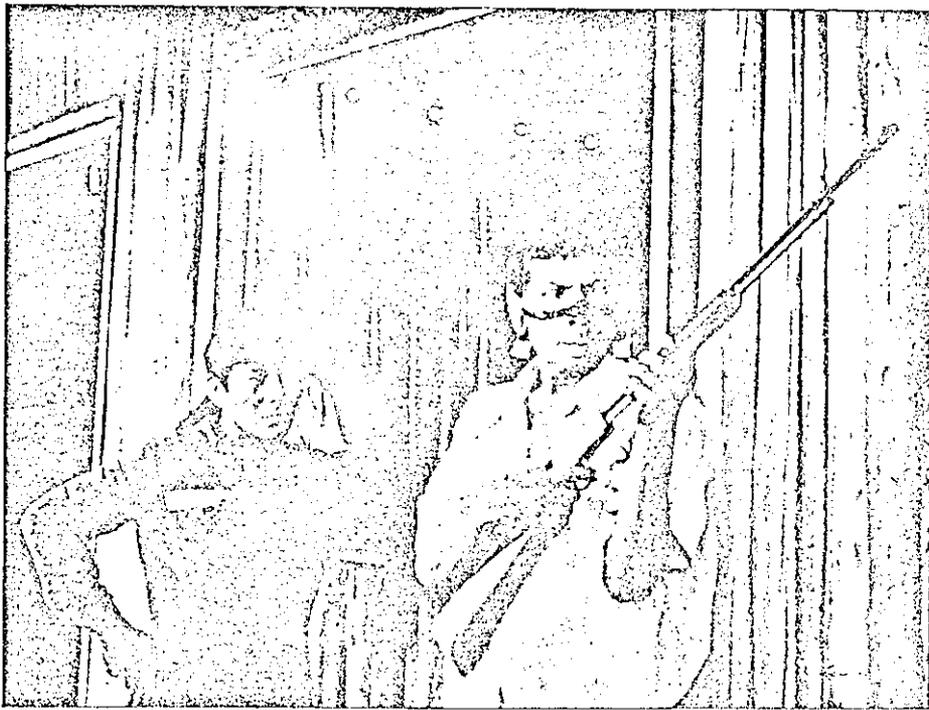
# ÁREA INDÍGENA YANOMAMI

(FUNAI, 1984)

Roraima - Amazonas







CYNTHIA BRITO—F4 PICTURE GROUP

'Surrounded on all sides': In Brazil's Roraima region, two wary Yanomami take aim

## Gold Wars in the Amazon

### Prospectors and Indians battle for tribal land

Ever since the latest gold strike a year ago, Brazil's remote Roraima Province has been plagued by conflict between forest tribes, miners, soldiers and missionaries. Indians claim their land is being stolen, their heritage destroyed and their very survival endangered. The miners say Brazil cannot afford to pamper a small tribal minority at the expense of prosperity. The conflict has become increasingly violent—but the chances of the mining being halted look slim. NEWSWEEK's Mac Margolis recently visited Roraima and filed this report:

On a narrow, potholed street in Boa Vista, brightly painted signs proclaim: "We buy and sell gold." In dusty stores, miners in straw hats and rubber thongs dump old aspirin bottles full of gold dust onto scales—and are rewarded with prices just under New York quotations. German tourists trade traveler's checks; Guyanese merchants load up with everything from refrigerators to drinking straws. Welcome to Gold Street, the hub of an explosive trade in bullion, gems and currency. Once a backwater, Boa Vista today is an Amazon boom town, where a half-dozen tongues mingle as if in some great frontier bazaar. As Amadeu Hamid, a Lebanese-born dealer whose shop has taken in \$130,000 worth of gold in the past 40 days, boasts, "Nobody goes bankrupt here."

Gold fever may have made Boa Vista prosperous, but it has also brought with it angry land disputes. The town's energy

comes from deep within the jungle, where claim stakers (known as *garimpeiros*) work their lodes—mostly along the Couto de Magalhães River, which snakes into the lands of South America's largest tribe of forest Indians, the Yanomami. In the past year, the number of *garimpeiros* has leapt from a few hundred to more than 9,000, and a



NAIR BENEDETO—F4 PICTURE GROUP

Conflicts: Tribesman with tape player

flight over the region shows that their makeshift tents have moved deep into Yanomami land. In addition, the Brazilian military has begun installing bases in this frontier zone—many in Indian areas.

Missionaries charge that the miners have introduced the tribes to crime, liquor and disease. Far worse, they contend that unless the wave of modernity is checked, the Yanomami—who use poison-tipped arrows and eat the ashes of their dead—face the destruction of their culture. Those concerns spring from the facts of Brazilian history, when settlers forced Indians off their lands into slave labor or extinction. (Anthropologist Darcy Ribeiro estimates that 87 Indian groups disappeared in this century alone.) "The Yanomami are being surrounded on all sides," says Italian missionary Carlo Zacchini, who has worked with the tribe for 20 years. "They run the risk of extinction. This is genocide."

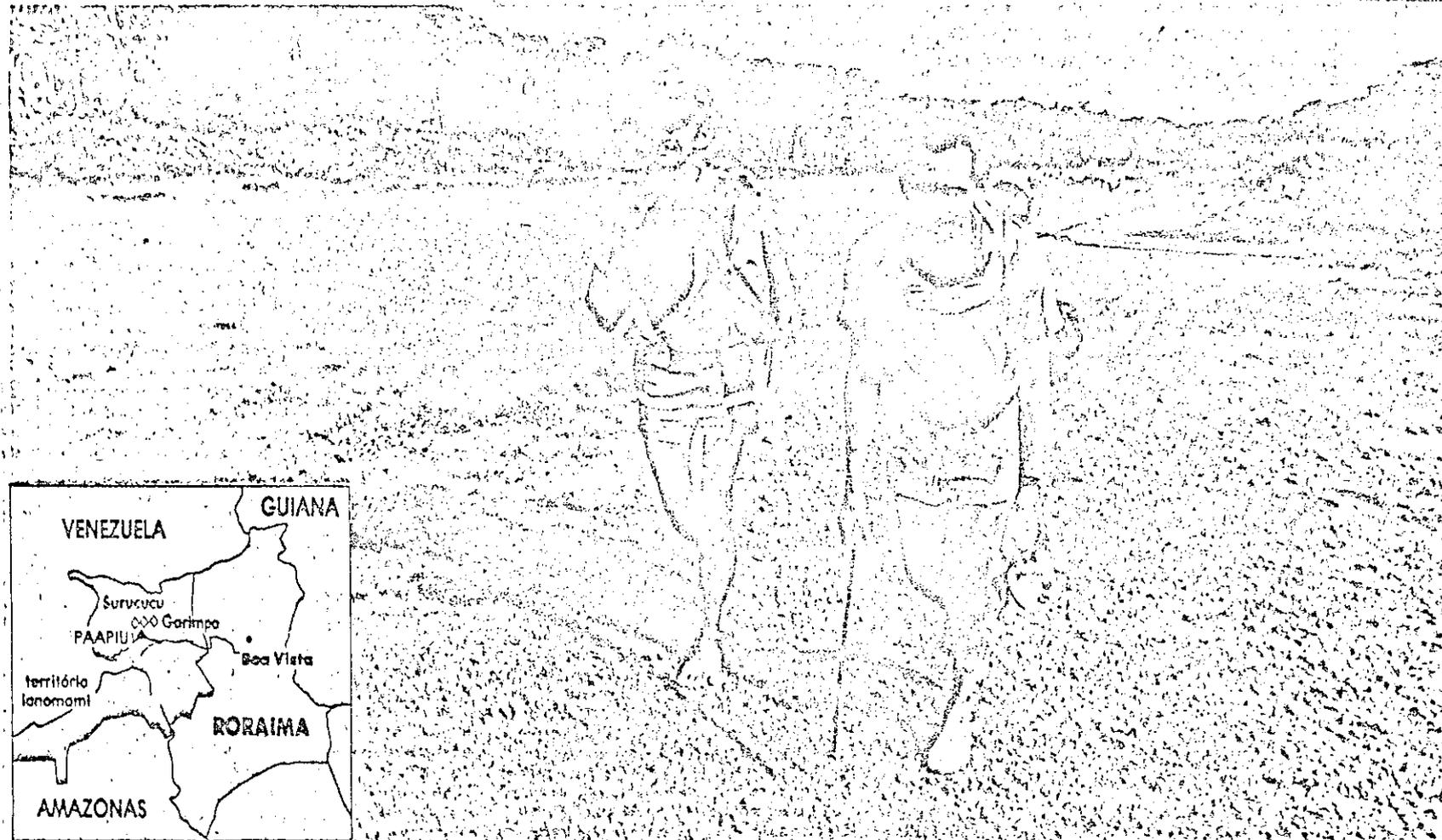
**Riverside clash:** The *garimpeiros* reject such accusations. They charge the Roman Catholic missionaries with meddling and deliberately radicalizing the forest tribes. Last August, when four Yanomami and four miners died in a clash on a bend of the Couto de Magalhães River, mission workers reported that the *garimpeiros* fired on the Indians who demanded that the miners leave their land. The *garimpeiros* insist they were ambushed.

The end of the Yanomami's isolation now seems inevitable. Some Brazilians hope merely to cushion the impact of civilization on the tribe. "We want them to be absorbed without being destroyed," says Father Giovanni Saffirio. He and others propose creating a reservation of more than 23 million acres—about 2,500 acres per Indian. They explain that the Yanomami wander through wide areas to hunt and fish. But others say the plan fails to consider Brazil's high population growth and its drive to exploit mineral resources. "A land the size of Portugal for a few thousand Indians is absurd," argues Jose Altino Machado, the powerful president of the association of *garimpeiros'* unions. "These miners are producing more than two tons of gold a year for the Brazilian treasury."

After expelling all missionaries last August, the government recently banned flights by private aircraft from Boa Vista. The measure appeared calculated to halt Indian protests while also flushing out the *garimpeiros*—whose supply line is largely by air—and avoiding an unpopular commitment to shut the mines. But the compromise seems unlikely to last for long. Roraima's merchants are confident they can fight the measure in distant Brasília, and in local elections this November. "I've heard of gold making governments—and toppling them," Machado warns. The mining lobby may prove so powerful that the government simply has to give in.

# A "febre do ouro" chega a Roraima

Víni Cavalcante



Dois garimpeiros caminham pela pista de pouso existente na maloca de Paapiu, em Roraima, usada para ligar Boa Vista à zona da lavra (veja localização no mapa)

Uma "febre do ouro" maior que a ocorrida há oito anos em Serra Pelada, leste do Pará, acontece agora numa área de um milhão de hectares de selva, a cerca de 200 km a leste de Boa Vista, capital de Roraima. No começo de dezembro, havia 2.500 garimpeiros no local,

onde são extraídos com métodos rudimentares 30 quilos de ouro por dia. Hoje, como relata o enviado especial a Roraima João Batista Natali, o número de garimpeiros seria de aproximadamente 10 mil. Eles chegam de avião, aterrisando na pista de 1.200 metros existente na

maloca de Paapiu. A área, no entanto, pertence aos Ianomamis, praticamente o último grupo étnico com pouco ou nenhum contato com a civilização.

Atualmente, o governo faz o recenseamento da tribo (seriam de três a oito mil) para que até o final do ano a

área receba nova demarcação. É precária a estrutura da Funai na região, e seus oito funcionários não têm condições de mapear os pontos em que o ouro vem sendo lavrado. A Comissão pela Criação do Parque Ianomami já fala em extermínio dos índios. PAGs. A-11 e A-12

Sábado, 23 de janeiro de 1988

FOLHA DE S. PAULO

## Corrida do ouro agora invade reserva indígena

Em Roraima, 10 mil garimpeiros estão em terras dos índios yanomamis, de onde extraem 30 quilos do minério por dia

**JOÃO BATISTA NATALI**  
Enviado especial a Roraima

No começo de dezembro eles já eram 2.500. Continuaram desembarcando maciçamente em mais de 60 pequenos monomotores, com redes e sacos de alimentos, armas de caça e instrumentos para a garimpagem. São hoje calculados em dez mil, espalhados por uma área de um milhão de hectares de selva, a uns 200 km a leste de Boa Vista, capital do Território Federal de Roraima.

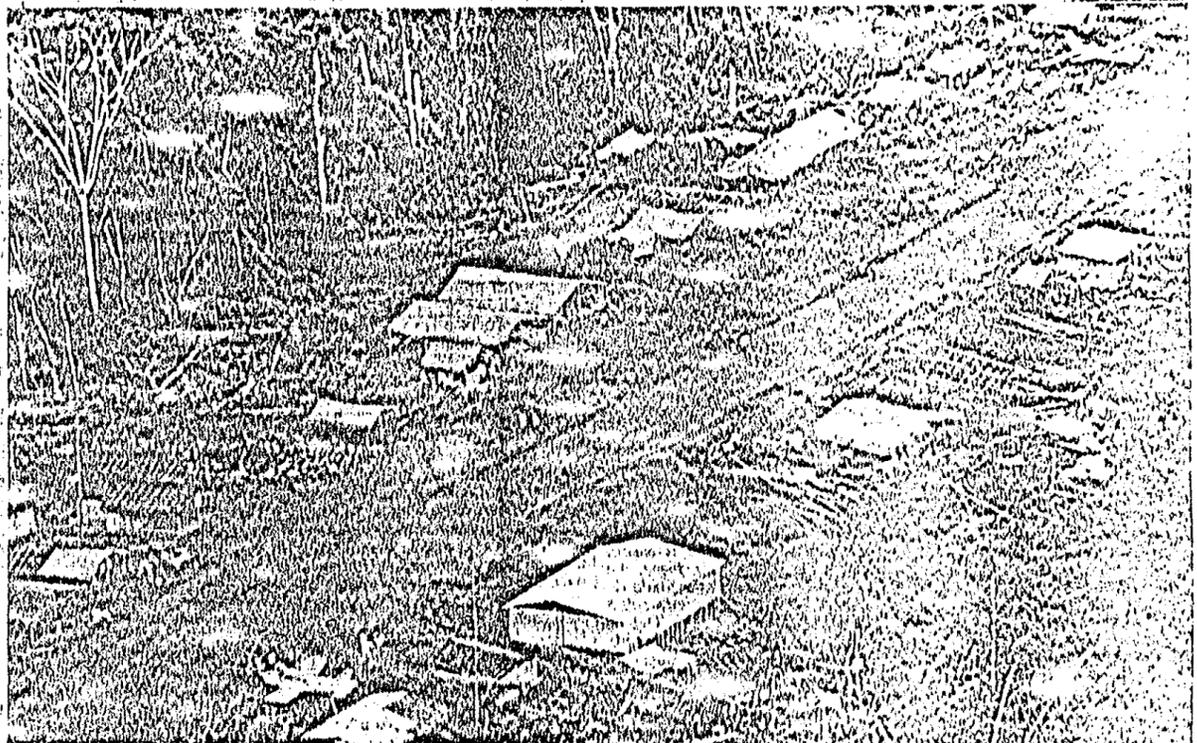
São os protagonistas de uma "febre de ouro" mais intensa que a registrada há oito anos em Serra Pelada (PA). Extraem com seus métodos rudimentares 30 kg do minério por dia. E aparentemente tocam apenas na casca de um substancial filão; o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) menciona a iminência da explosão de novas descobertas.

Mas os prognósticos superlativos têm como pesada contrapartida o fato de o homem branco ter dessa vez penetrado fundo em terra que a legislação lhe interdita. E terra dos yanomamis, praticamente o último grupo étnico com pouco ou nenhum contato com a chamada civilização.

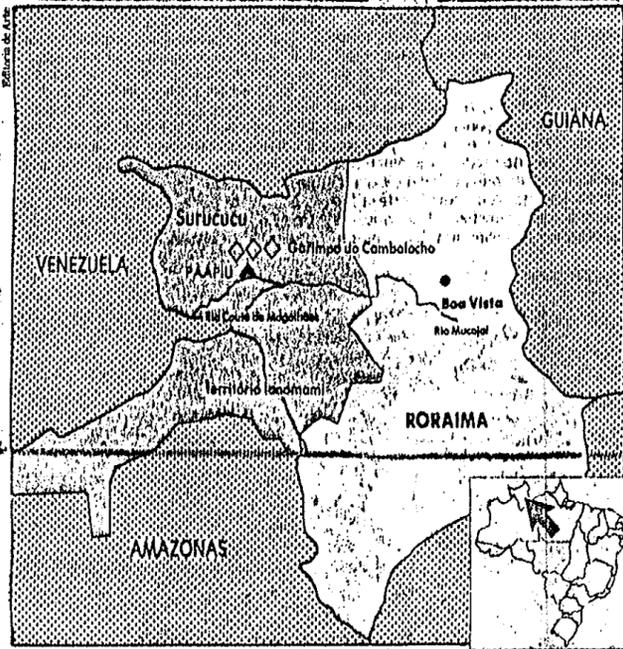
Estão sendo recenseados (seriam de 3 a 8 mil) para que até o fim de janeiro o governo federal faça uma nova demarcação da área.

Antes que isso ocorra, os garimpeiros tentam criar um fato consumado. Sabem que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não tem estrutura, com seus oito funcionários na região, sequer para o mapeamento dos pontos em que o ouro vem sendo lavrado. E a Polícia Militar de Roraima, mesmo mobilizando a totalidade de seus 700 homens, seria incapaz de bloquear a bacia do Mucajal para impedir que os garimpeiros retirados à força façam, a pé, a viagem de retorno a suas grotas, num percurso em média de 23 dias pelo mato.

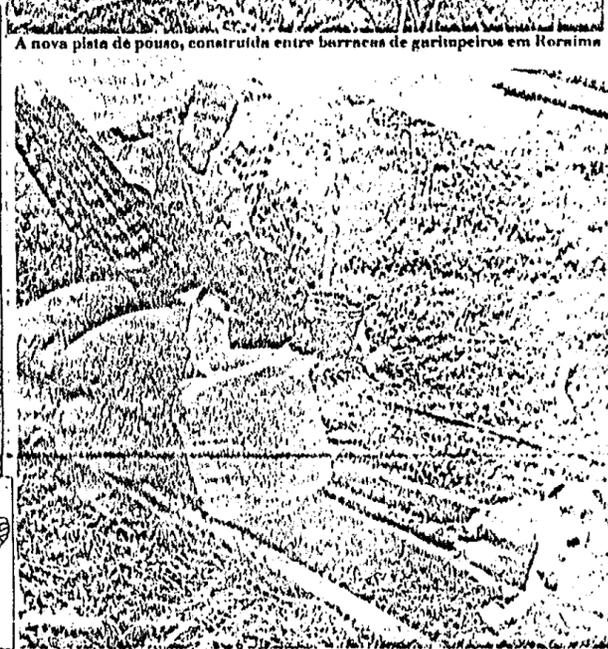
A Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CPPY) denuncia o perigo de um lento mas irreversível extermínio dos índios. Consta os primeiros efeitos de doenças que o branco transportou. Os próprios índios, no entanto, com certeza "votariam" contra o fim do garimpo. Deixariam de ganhar comida, lanterna e rádio-gravador, óculos escuros e disputados calções coloridos de tecido sintético.



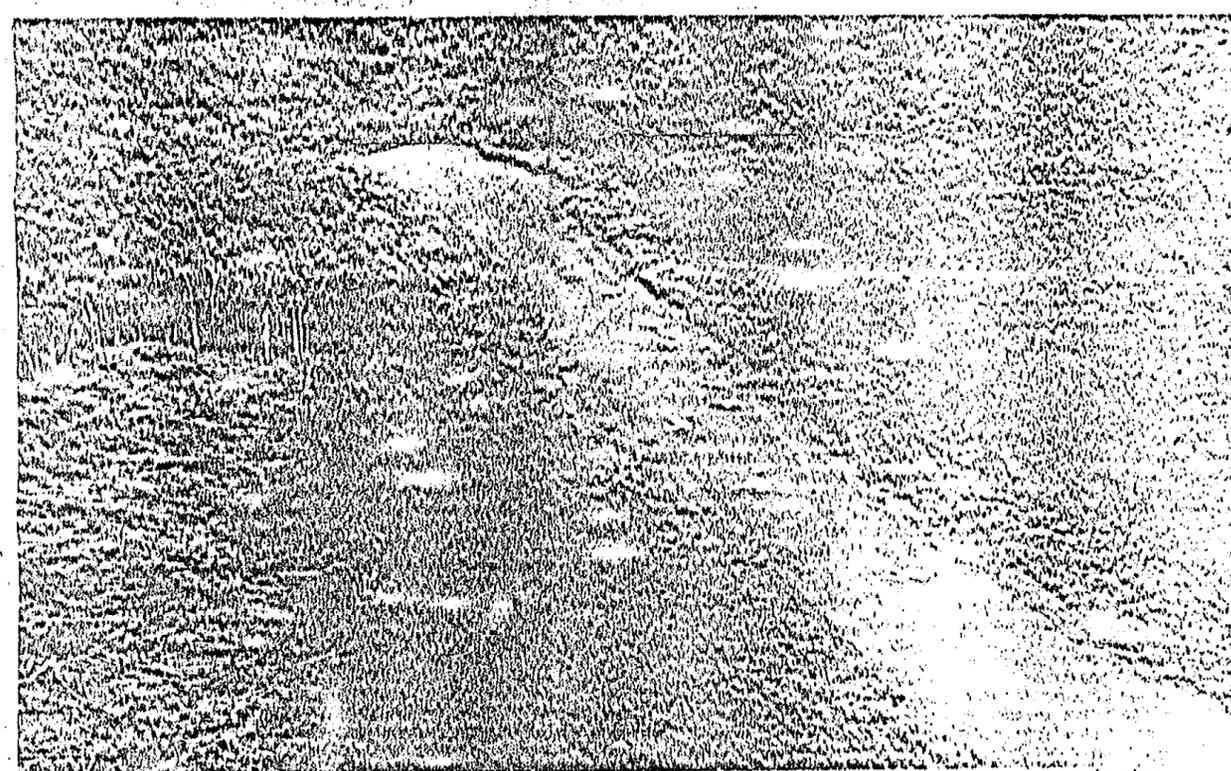
A nova pista de pouso, construída entre barragens de garimpeiros em Roraima



O mapa mostra a localização do garimpo na serra do Surucucu e a reserva Yanomami em Roraima



Davi Pina, instalado provisoriamente com mercadorias para o garimpo



A pista de pouso do Pauçu, de 1.200 metros, aberta na floresta pelo governo, com aviões utilizados para transportar os novos garimpeiros

### Extração começa em 64

Os primeiros aventureiros da privação diária em troca do enriquecimento fácil desportaram na porção oeste de Roraima em 1964. Sem qualquer conhecimento dos tratamentos realizados pelos geólogos, e tendo nas variações de cor da terra o único critério "científico", essa vanguarda de uma dúzia de homens do garimpo encontrou uma primeira pedrinha de sete gramas de ouro em terras da maloca dos xirixan-ná, um ramo da família yanomami, espalhada toda ela um pouco ao norte do Equador, dos dois lados da fronteira do Brasil com a Venezuela.

Por coincidência, os mesmos xirixan-ná, já convertidos em garimpeiros, desencadearam em agosto do ano passado o primeiro e único incidente grave entre o índio e o branco caçador de ouro. Um grupo deles retirou-se por três dias da grota que pesquisava, deixando como recomendação explícita aos garimpeiros da grota vizinha que não mexessem na terra revolvida e em seus instrumentos. A recomendação foi desobedecida. Depois de últimos vencidos, começou uma rápida batalha com flechas de um lado e balas do rifle do outro. Um branco e três índios morreram.

No dia seguinte, informada do incidente, a 10ª Delegacia Regional da Funai planejou o embrião da "Operação Roraima", pela qual ninguém mais teria a autorização de permanecer na área. A Polícia Federal, PM e Polícia Civil tentaram evacuar o garimpo. "Mas para cada grupo de dez que a gente punha na estrada, os avôzinhos desembarcavam outros cem que partiam de campos clandestinos nas imediações de Boa Vista", disse à Folha, um policial roraimense que insistiu para que seu nome não fosse publicado. E, de fato, aquelas alturas, 36 monomotores já haviam se deslizado dos garimpos de Ipitinga (PA), com os pilotos cobrando 20 gramas de ouro pela ida e 15 gramas para a volta à capital do Território (o ouro é obviamente moeda forte. As duas prostitutas que sabidamente se instalaram à beira do rio Coulo de Magalhães cobram 5 gramas por meia hora de amor...).

#### Cama por rede

Resultado: Os brancos voltaram em peso, caracterizando o que José Alino Machado, 45, presidente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usigal) qualifica de "evidente vazio de autoridade". O governo deixou de existir nas terras em que yanomamis e o ouro quase à flor da terra montam um roteiro quase "normal" desde que os bandeirantes chegaram às Minas Gerais. O homem do garimpo, rebelde a vínculos empre-

gáticos, trocando a cama pela rede amarrada no tronco das árvores de 70 metros da Amazônia, estava com o horizonte liberado para exercitar o sonho de enriquecer.

"Só tenho medo de castigo de Deus, se morrer por lá ou um bicho me pegar", diz o relativamente veterano José Domingos Pereira da Silva, 33, com ouro recolhido em Mato Grosso e no Pará, meirinho de um patrão que lhe paga as viagens num Cessna 206, os cartuchos de espingarda, e o rancho de arroz, feijão, sal e jabá. "Por enquanto não peguei nada, só malária", diz Davi Pina, 22, maranhense que acredita estar às vésperas de ficar milionário, e exhibe em sua boca quase sem dentes o sorriso malandro ao evocar as amantes que poderá comprar para sua cama.

Enquanto ambos e outros milhares desembarcavam, dois grupos de brancos permaneciam desautorizados pela Funai a reingressarem nas terras yanomamis. Eram os três médicos e o dentista da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CPPY) e os quatro religiosos católicos que operavam como antenas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), gente hoje desprovida da antiga obsessão de batizar desenfreadamente essas "criaturas primitivas", para que elas tivessem com isso a senha para entrar no céu.

#### Campo de extermínio

Querem hoje muito mais retardar ao máximo o contato do branco com o índio, numa tarefa que acreditam que o governo não pode cumprir porque seu braço indigenista, a Funai, enquadra-se nas mesmas raízes do Estado que levaram à elaboração do Projeto Calha Norte, com o qual a "Nova República" quer prolongar sua soberania até as fronteiras do norte.

"Aquele (a área yanomami), virou um campo de extermínio fechado. Não temos sequer o controle de quantos estão morrendo", diz Carlo Zacquini, 50, representante da CPPY em Boa Vista. "É o que é que a gente não faz, sem autorização para entrarmos na área?", desabafa Gunter Francisco Loebens, 30, coordenador da regional Norte-1 do Cimi em Manaus (AM).

A hierarquia episcopal se vê, por sua vez, diante de uma situação pouco contrastada. Não há um conflito entre posseiros e latifundiários, ou de índios com multinacionais mineadoras.

O garimpeiro, a seu modo, é também um oprimido. "Precisamos proteger a vida" — diz o padre Luis Palumbo, 54, espécie de bispo em exercício em Boa Vista. E completa: "mas os riscos maiores são hoje corridos pelos índios". (JBN)

## Uma batalha judicial permite o tráfego de aviões

Se quisessem efetivamente conter o ingresso de garimpeiros a oeste de Roraima, os diversos tentáculos do governo naquele Território Federal poderiam optar por uma alternativa bastante simples: bastaria controlar o combustível distribuído nos aviões que transportam homens e viveres para aquela área isolada. A alternativa foi, aliás, evocada, em Manaus, por Sebastião Amâncio, superintendente regional da Funai.

Mas ela esbarraria em obstáculos erguidos por uma batalha judicial ainda em curso. Os pilotos entraram na Justiça para buscarem a apreensão de seus rádios de bordo por agentes do Departamento de Polícia Federal. Ganharão uma liminar que lhes permite atrair alimentos para os garimpeiros que já se encontram na região, sem no entanto engrossar o contingente de transportados. Essa segunda decisão é obviamente desrespeitada, e para tanto os pilotos circulam com habeas-corpus no bolso.

manhã, eram 27 monomotores e dois bimotores estacionados no aeroporto de Boa Vista. Tão logo a "fonia" da torre informou que não mais chovia ao sul da serra de Surucucu, nas margens dos rios Mucajal e Coulo de Magalhães, foi uma debandada coletiva rumo à cabeceira da pista.

Antônio Gomes Araújo, 19, embarcava pela primeira vez, deixando seu emprego de bulconista e três irmãos, que esperavam vê-lo enriquecido na volta. Henrique Peixoto, 38, levava, num Skylane, Cx\$ 600 mil em material e comida para os oito empregados que mantém no garimpo. O fazendeiro golano Mauro da Rocha Freitas, 26, transportava duas bombas hidráulicas e gasolina. Embarcou um empregado, Francisco Oliveira da Cunha, 20, experiente apesar da idade, com 2 kg de ouro encontrados nos garimpos percorridos em Mato Grosso, Pará e Amazonas. Ficaria agora com 30% do minério que encontrasse, na operação que seu patrão financiava.

testa e na beira dos olhos, o alagoano Ivo Tavares da Silva, 58, era o veterano dos embarcados. Trocou a vida de empregado de uma fazenda em Palmeira dos Índios (AL) por um garimpo, que em uma semana pretendia dominar tecnicamente.

A mata sobrevoada é tão densa que assusta. Na véspera, terça-feira, José Milton Herculano Albuquerque, 25, e José Haroldo Pinheiro, 27, tinham regressado a Boa Vista, tendo, como único equipamento de marcha dois surrados pares de sandálias havaianas. Voltaram depois de 18 dias no mato, sem terem chegado ao garimpo de Novo Cruzado. Tiveram medo de morrer porque contrairam a malária.

Contaram ter-se deparado em meio à pleada que sobe o Morro da Xuxa — os topônimos são oficiosos e atualizados — um velho garimpeiro apodrecendo dentro da rede. A malária o havia vitimado. Foi o reverso da medalha da sorte.

Inexiste na extensa área do garimpo a fotogênica concentração huma-

na de Serra Pelada. As grotas estão dispersas. Grupos de dez ou 20 amontoam-se em clareiras ou barrancos de rio distantes alguns quilômetros uns dos outros. Os contatos entre eles são esparsos. Depois de descenderem do avião, alguns precisam andar três ou quatro dias para chegarem a seu destino. As demarcações dos limites são ambíguas e rarefeitas. De vez em quando há brigas. Um garimpeiro foi assassinado por um vizinho de lava na segunda-feira passada.

"A rotina é tensa e apressada. Quero encontrar pelo menos uns cem gramas antes que o Exército tente tirar a gente da barra daqui", diz Joaquim Silvino, 23. Seus únicos bens: duas bermudas e três camisas, lanterna com um estoque de pilhas, e um rádio, à noite sintonizado nos tristes boletins de uma emissora da Venezuela. O resto é de seu patrão. (JBN)

Mais notícias sobre garimpo na pág. A-12.

### Indifolia

Colaboração de Art...



Como circulam! Quarta-feira de

RORAIMA

# Fronteira do ouro

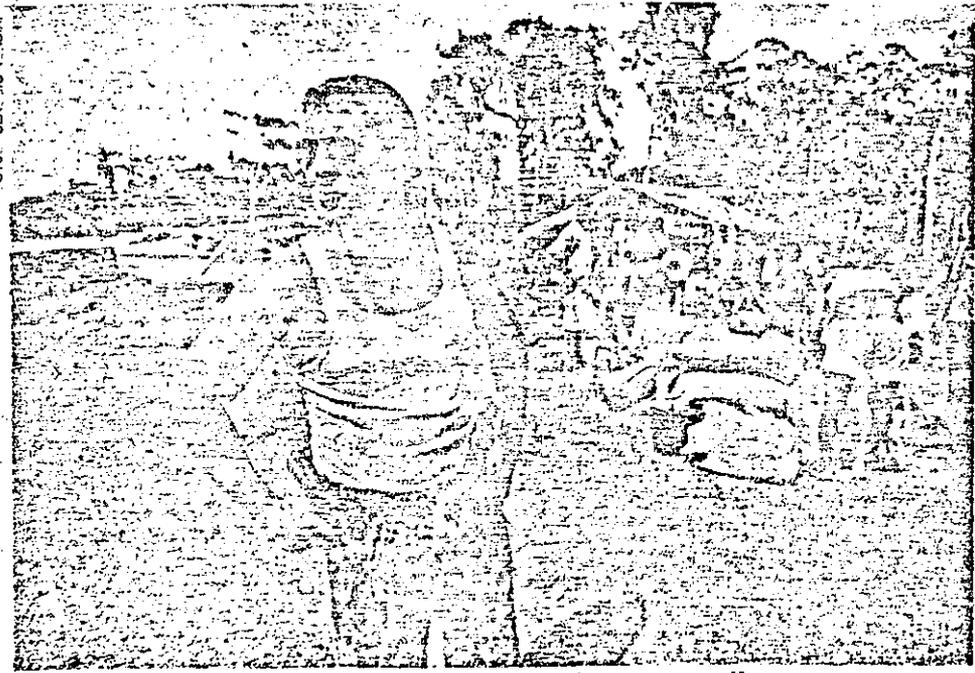
Garimpo em terra Yanomami atrai leva de migrantes

Encoberto pela densa floresta onde o Brasil se confunde com a Venezuela, o ouro que se esconde sob os pés de 9 mil índios Yanomami está atraindo para o Território Federal de Roraima uma das mais rápidas levas de migrantes registradas na história recente da Amazônia. Em menos de seis meses, 10 mil garimpeiros forçaram a porta de entrada de uma região tão rica como controversa. O número de pequenos aviões estacionados

conhece o maranhense Bené Alves da Silva, que há treze anos corta as florestas de Mato Grosso, Pará e Amazonas em busca de ouro. "Mas se já tem gente eu também quero entrar." Em vinte dias, Bené extraiu do solo de Roraima, território de 230 mil quilômetros quadrados e 116 mil habitantes, 70 gramas de ouro, algo em torno de 85 mil cruzados. Após chegar a Boa Vista, onde vivem apenas 66 mil pessoas, ele caminhou doze dias

no mato para chegar ao garimpo. Chegou a ver algumas onças ao longe, mas índio nenhum. Assim como ele, milhares de homens continuam se dirigindo ao Oeste de Roraima. Muitos a pé. Outros pagando no mínimo 20 mil cruzados por um voo de uma hora e dez minutos em aviões monomotores preparados para pousar em pistas de apenas 200 metros de comprimento. O alvo de tanto esforço é um só.

"O território possui praticamente todos os minerais econômicos do planeta, como o ouro, o diamante e as terras-raras", avalia o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), José Belfort dos Santos Bastos. "Só falta a infra-estrutura adequada para viabilizar a produção."



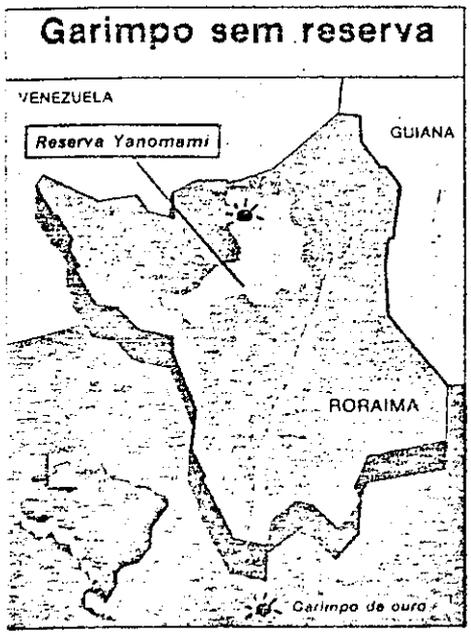
Geraldo Timpani, o "Rambo": sem álcool e sem mulheres



Medido em décimos de grama...

no pacato aeroporto da capital do território, Boa Vista, pulou dos quarenta de dezembro para oitenta em janeiro. Os trinta pousos e decolagens diários saltaram para noventa. E a economia do garimpo está despejando nas ruas da cidade no mínimo 10 milhões de cruzados por dia, quantia recolhida de ambiciosos passageiros pelos pilotos que não param de chegar a Roraima. Só que tudo isso é proibido. O ouro que financia toda essa aventura situa-se em área interdita pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo o ministro João Alves, do Interior, as riquezas minerais já conhecidas sob terras indígenas estão orçadas em 50 bilhões de dólares. "Há dezenas, ou mesmo centenas de pistas de pouso clandestinas na Amazônia", diz ele, "e o seu controle é muito difícil".

"Dizem que esta terra é de índio", re-



"Até dezembro, passava às vezes até uma semana sem voar", diz o piloto Iudelfonso Garcia Lopes, 45 anos, conhecido em Boa Vista como "Mineirinho". "Agora faço tranqüilamente dois voos por dia." O lucro obtido no último mês - dos 120 mil cruzados que cobra por voo, apenas 30 mil se destinam ao combustível - lhe trouxe uma nova onda de amor pelo território que escolheu para morar em 1968 - quando aceitou entregar em Boa Vista o avião que vendera em São Paulo a um cliente de Roraima.

**MÚLTIS NA SELVA** - Por conta do dinheiro dos garimpos, ele já adquiriu três aviões e uma fazenda de 8 mil hectares, onde brilha uma cachoeira de 120 metros de altura - tão bonita que acabou sendo fotografada para figurar na capa dos talões de cheques do Banco de Ro-

raima. "Como todo mineiro, sou bairrista", reconhece. "Mas Roraima é muito rico, e o garimpo é o caminho certo para o seu desenvolvimento. Para mim, o verde da floresta é igualzinho ao verde das notas de dólar."

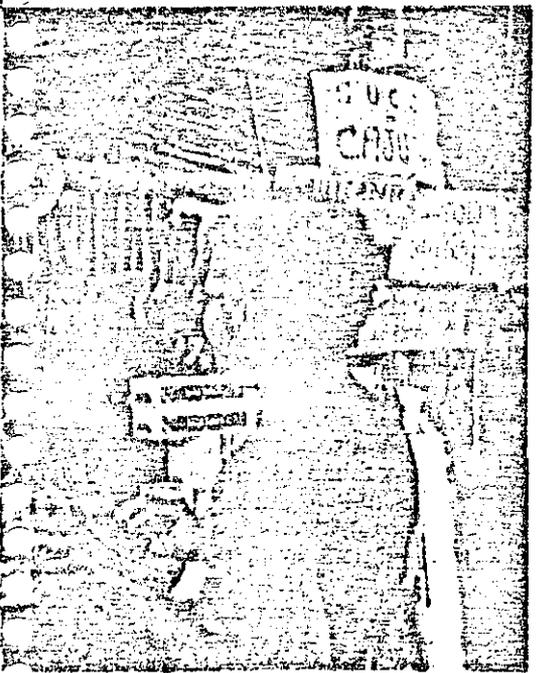
Há quem aposte nisso também entre os indígenas. "Gosto mais do garimpo do que da roça", compara Nelson França, 44, nascido em uma aldeia Macuxi - nação hoje bastante aculturada - ao Norte do território, na fronteira com a Venezuela. Instalado com a mulher e dois filhos em um acampamento de garimpeiros dentro da reserva dos Yanomami, o macuxi está preparando um barranco e espera ter a mesma sorte de seus colegas brancos. "Gostaria de trabalhar sempre em paz



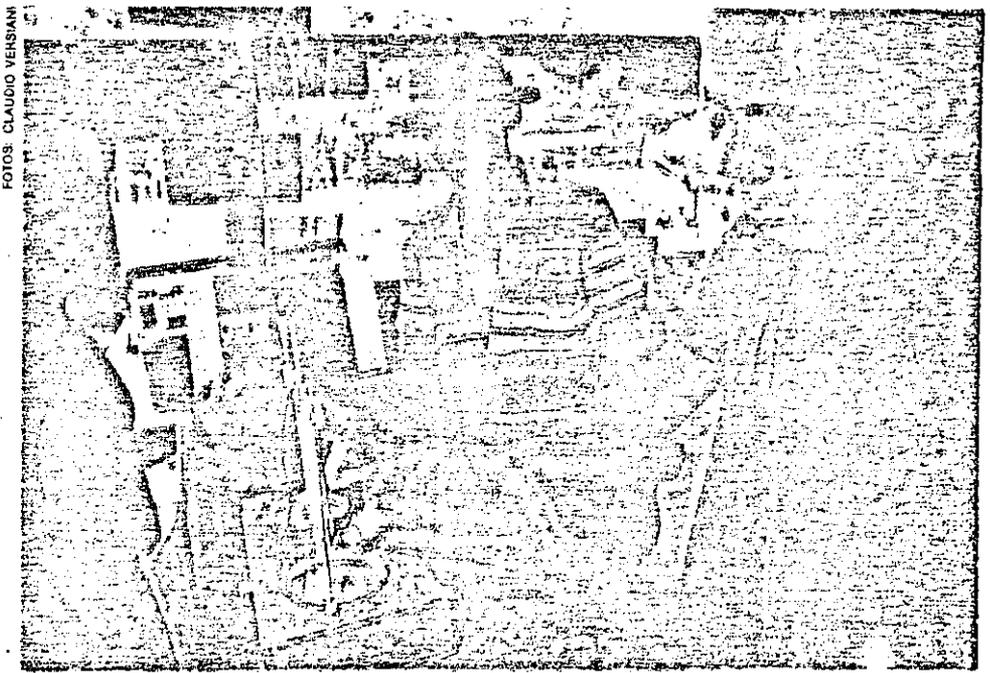
Valderez: querendo ir embora

índios. E talvez funcionários de empresas mineradoras que, de acordo com as novas normas a serem aprovadas pela Assembleia Constituinte, possam operar ali. "A presença dos garimpeiros ali é predatória", ataca o superintendente da Funai. "Além de montar um esquema de corrupção das lideranças, eles estabelecem um processo anárquico de produção impossível de ser controlado."

Pouco mais de trinta índios Yanomamis, instalados ao lado da pista de pouso Paopiú, construída pelo Ministério da Aeronáutica, parecem entender disso. Em apenas um mês de convívio com os brancos, eles aprenderam a cobrar 5 mil cruzados por pouso na pista. Os pilotos, muito bem pagos, aceitam. Mas



...o ouro é o padrão monetário local



O acampamento Novo Cruzado produz de 5 a 10 quilos por semana

com os civilizados", diz ele. "Afinal, todos precisam garimpar."

A dificuldade do convívio, acusam os garimpeiros, não está nos índios, mas nos homens brancos e estrangeiros que se entrincheiraram nas missões religiosas americanas e europeias instaladas em Roraima. Por trás de pregações bíblicas, se escondia o interesse pelo potencial mineral do território. O ministro João Alves acredita que o maior interessado no fim do garimpo é o capital multinacional, por temer que a entrada do produto brasileiro no mercado possa provocar uma queda nos preços. "As multinacionais montam uma fachada de defesa da ecologia e das comunidades indígenas para mascarar seus interesses", diz Alves. "E o mais irônico é que a esquerda acredita e vai atrás."

Se dependesse da Funai, ninguém garimparia na área. Atualmente, estão in-

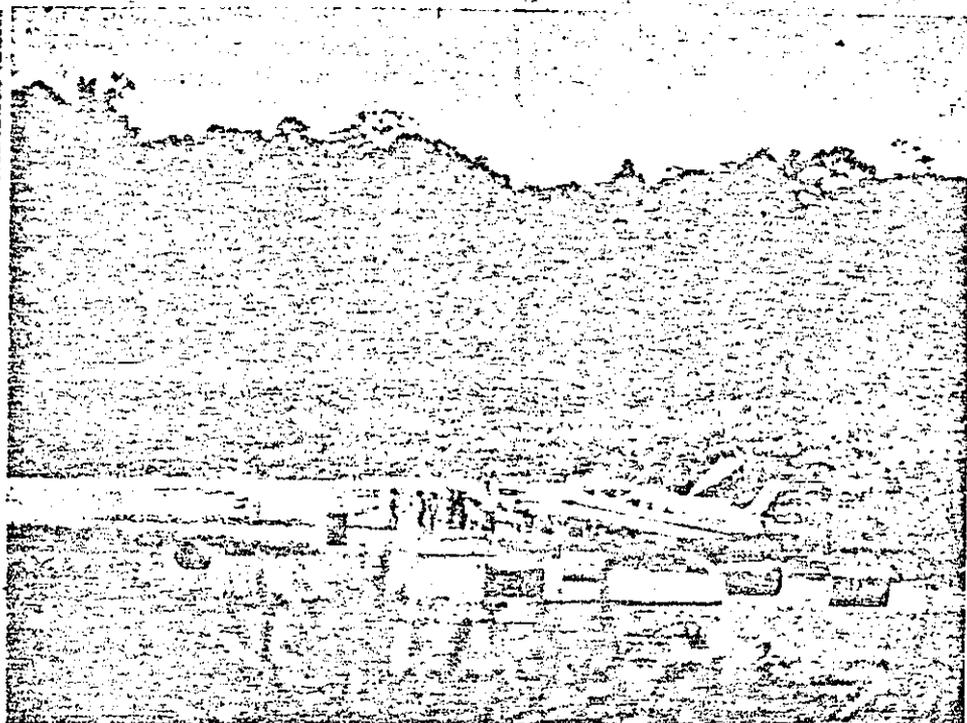
terditados ao garimpo e à mineração 2,8 milhões de hectares no território. A medição da área do parque Yanomami, solicitada três vezes pelas sucessivas administrações da fundação, resultou em territórios maiores cada vez que uma nova equipe de antropólogos ia a campo. "Coincidentemente", diz o economista Marcelo Chagas, superintendente-geral da Funai, dedicando boa dose de ironia aos antigos administradores da Funai, "espalhando-se cada vez mais confortavelmente sobre as ocorrências minerais do território."

**PISTA FECHADA** - A Funai promete demarcar até o final deste ano todo o parque Yanomami, cuja área possivelmente terá contornos diferentes da atualmente interditada. E se tornará mais fácil impedir a entrada de estranhos, pois do lado de dentro só viverão

têm problemas quase todos os dias. Depois de sobrevoar, a 1.500 metros de altura e a 230 quilômetros por hora, uma região que começa plana e seca como o Planalto Central e, aos poucos, se transforma em uma densa floresta emoldurada por serras que chegam a atingir 1.200 metros de altura, eles têm de se render aos humores Yanomamis. Quando os índios se consideram satisfeitos, mantêm a pista aberta. Mas, se algum piloto não paga o que deve ou se faz o pagamento à pessoa errada, os índios simplesmente entuiham a pista com tonéis vazios e galhos de árvores.

Na semana passada, por pouco o piloto mineiro José Carlos Vieira não se tornou a primeira vítima desses métodos. Sem combustível para levar seu bimotor Azteca de volta a Boa Vista, ele sobrevoou a pista por meia hora, esperando

FOTOS: CLAUDIO VERSIANI



*O aeroporto é interditado quando os índios não estão satisfeitos*

que ela fosse liberada. Mas o jovem índio Iaduce, genro do chefe local, não apresentava o menor sinal de tolerância. "Se ele chegou, também pode ir embora", repetia Iaduce aos pilotos que, desesperados, procuravam convencê-lo a abrir a pista. Foi preciso muita conversa e muito dinheiro para que o índio mudasse de idéia e autorizasse a remoção dos entulhos. "Eu poderia rodar lá em cima algum tempo", respirou Vieira aliviado. "Mas voltar a Boa Vista era impossível." Mesmo reconhecendo o pioneirismo e a habilidade dos garimpeiros, que considera descobridores natos de riquezas minerais, Beifort só admite a mineração em áreas indígenas através de empresas mineradoras. "Um país como o nosso não pode prescindir de um patrimônio que pertence a toda a nação, como o potencial mineral de Roraima", concede. "Mas, por trás da pressão pelo seu aproveitamento por garimpeiros, estão, na verdade, empresários inescrupulosos que se locupletam do trabalho de pessoas simples, cujos únicos direitos têm sido trabalhar e morrer."

**NOVOS BANDEIRANTES** - "Nós estamos revelando riquezas que as empresas mineradoras nunca sonharam em descobrir", rebate Jose Altino Machado, 45, presidente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal. Em Roraima mesmo, lembra, a Docegeo - subsidiária da Vale do Rio Doce - pesquisou a reserva Yanomami e desistiu de operar ali. A mesma empresa, continua, afirmou que não ha-

via ouro na região de Serra Pelada, onde seis meses depois se descobriu a maior mina de ouro do mundo a céu aberto. Para Altino, as fronteiras do Brasil estão onde estão porque os bandeirantes, antepassados dos garimpeiros, entraram no mato até onde encontraram ouro e pedras preciosas. "O governador deveria demarcar áreas indígenas, criar uma reserva garimpeira, estabelecer um local para o trabalho de empresas mineradoras e submeter esse projeto ao Congresso Nacional", recomenda.

Enquanto essa proposta salomônica não é posta em prática, os garimpeiros

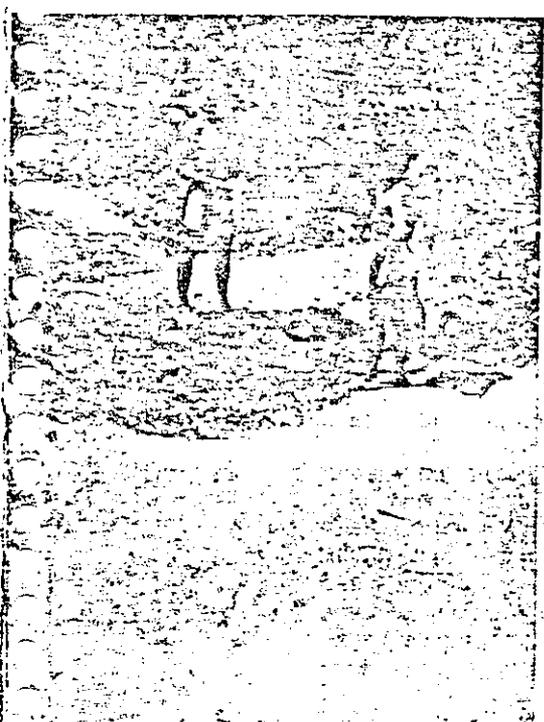


*Feijão: o que satsse de Serra Pelada poderia vir para Roraima*



*Iaduce conta o dinheiro que...*

procuram dar às áreas que ocuparam na reserva Yanomami uma aparência de fato consumado. Junto à pista do garimpo Novo Cruzado, de onde se extraem de 5 a 10 quilos de ouro por semana, os preços de todos os produtos já aderiram a um novo padrão monetário: os gramas de ouro. Sacos de 1 quilo de açúcar, arroz, feijão e farinha podem ser encontrados, por exemplo, ao astronômico preço de 0,5 grama - ou 600 cruzados -, enquanto um simples pacote de cigarros Hollywood só é adquirido em troca de 1 grama de ouro. O argumento em defesa dos altos preços está no elevado frete cobrado pelos pilotos.



... obteve pela desobstrução da pista

... tou batalhando agora a passagem de volta", confessa.

O gaúcho Bruno Hirt não pensa em ir embora. Desde que chegou a Roraima, há oito anos, ele vem procurando construir o próprio patrimônio, que hoje já abriga uma pequena granja e um comércio de ferragens na cidade de Mucajaí. Agora, quer aproveitar o garimpo para garantir o futuro. "Já que os bancos não financiam nosso capital de giro, eu decidi investir na busca do ouro", conta Hirt, 33, que está montando máquinas no garimpo capazes, segundo acredita, de lhe render até 1 quilo de ouro por semana. "Pretendo passar um ano aqui, para aplicar na granja, no comércio, e viver mais tranquilo lá fora."

Se forem mesmo abertos aos garimpeiros e mecanizados, os bolsões de ouro escondidos sob as terras Yanomamis deverão render riquezas durante oito anos, segundo cálculos de José Altino. Por isso ele prega a adoção pelo maior número possível de garimpeiros de soluções como a ensaiada por Hirt. "O garimpo não é feito para garantir o feijão-com-arroz, mas sim para gerar desenvolvimento", teoriza. "Se Roraima não aproveitar a oportunidade e os recursos do garimpo para fortalecer alternativas econômicas como a indústria e o comércio, terá a mesma sorte de Serra Pelada, que é hoje um barril de pólvora."

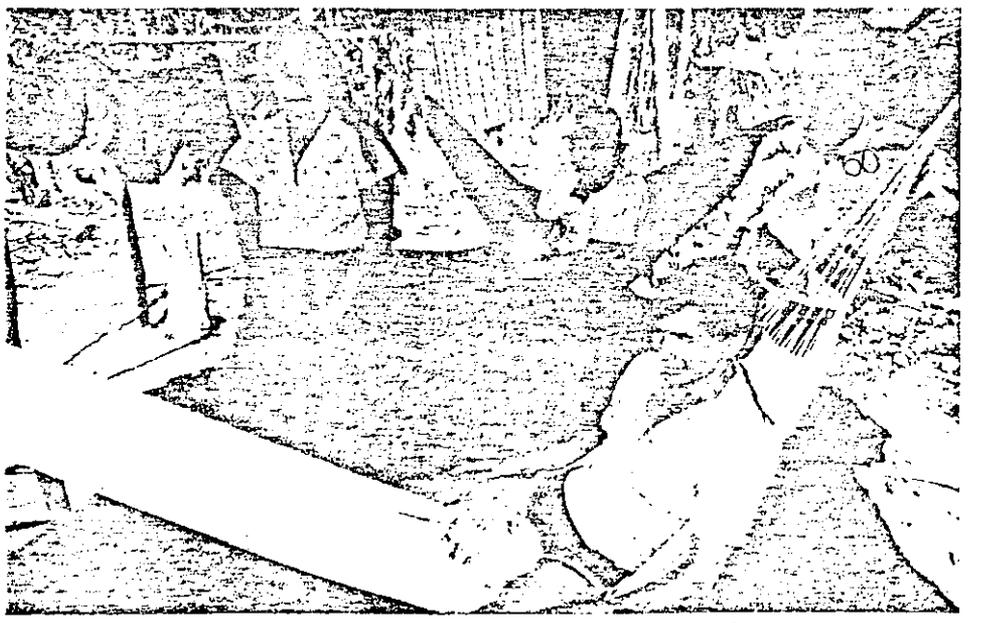
A sorte do garimpo manual em Serra Pelada dependeria da aplicação de enormes somas no rebaixamento das bordas de cava, para tornar o trabalho menos perigoso. Como a hipótese de realização desse trabalho é difícil, há quem sugira uma troca. "O que se tira de um lugar deve se dar em outro", pondera o geó-

logo cearense Antônio Feijão, 31, braço direito de José Altino, da União dos Sindicatos de Garimpeiros. "Se o governo pretende mesmo fechar a Serra Pelada, poderia criar em Roraima uma grande reserva garimpeira, com pelo menos dez pistas de pouso."

A sugestão contaria com o apoio pelo menos do comércio de Boa Vista. "O Natal de 1987 foi melhor do que esperávamos", avalia o gaúcho Jaime Roque Huppés, 27, gerente da Shopping Center, uma das maiores lojas da cidade. Desde dezembro, quando aumentou o movimento nos garimpos, a loja tem vendido de trinta a cinquenta bateias por dia, além de pás, facões, foices, machados e cuias.

**A GATA CERTA** - Outra área da cidade contente com o sucesso da exploração de ouro chama-se Beiral. É uma ruela malcheirosa, à margem do rio Branco, onde os garimpeiros muitas vezes vão comemorar seu sucesso junto às prostitutas. "Todos nós somos solitários, passamos muito tempo isolados na floresta e gostamos demais das mulheres", explica José Ribamar Lopes, 39, o "Mato Grosso". "Por isso, quando chegamos à cidade, escolhemos a gata certa e mandamos descer cerveja." Homem simples, acostumado ao manejo da bateia e a longos períodos de isolamento na floresta, Mato Grosso foi gastar no Beiral, na semana passada, parte dos 100 gramas de ouro que conquistou na última fronteira do Brasil. Mas ele se preocupa em lembrar que o trabalho de gente como ele não beneficia somente as prostitutas. "Muitos de nós já compramos em Boa Vista casas, mercados e lojas", desabafo. "Nós, garimpeiros, é que damos vida à cidade."

Marcos Magalhães, de Roraima ▲



Nelson, o índio garimpeiro: em busca da paz com os brancos

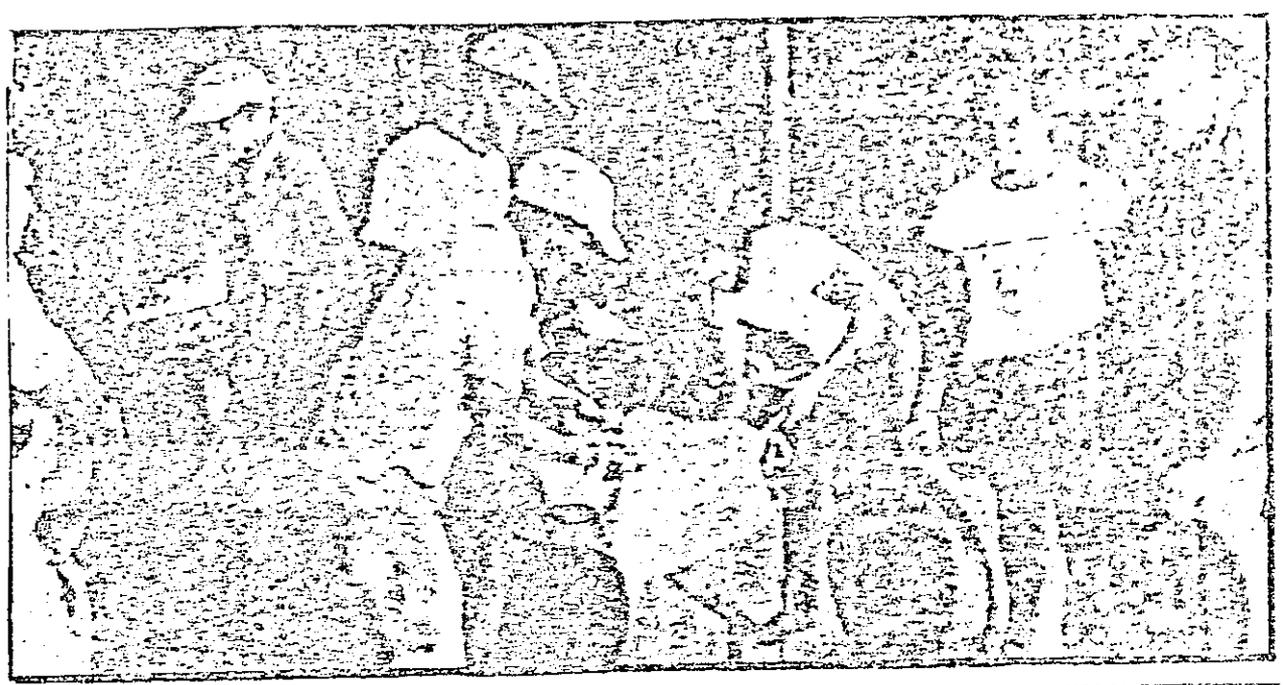
**PROFISSÃO AVENTURA** - Estes, por seu lado, apresentam outros motivos: quase diariamente acontecem acidentes durante o pouso dos monomotores, por causa das péssimas condições do Novo Cruzado, pista de apenas 200 metros. Conseguindo ou não uma boa aterrissagem, cada um tem de deixar aos administradores do garimpo 10 gramas de ouro por pouso. Como o movimento diário facilmente ultrapassa os vinte pousos, param ali mesmo 200 gramas de ouro - 240 mil cruzados - a cada dia. Todo esse dinheiro tem atraído pessoas sedentas de emoções diferentes. Como o paulista Geraldo Timpani Filho, 30, encarregado pela ordem do garimpo que anda de um lado para o outro ostentando uma calça militar com vistosos revólveres à cintura. "A minha profissão é a aventura", decreta Timpani, que lembra uma versão tropical do herói americano Rambo.

A disciplina militar imposta por Timpani impede a entrada de mulheres e bebidas na pista Novo Cruzado. Com isso ele espera manter os ânimos sob controle. Uma dose exagerada de álcool poderia atingir em cheio, por exemplo, o maranhense Valdevez Ferreira Neto, 33. Depois de trabalhar por cinco anos em garimpos da região de Itaituba, no Pará, ele resolveu dar ouvidos às notícias que vinham de Roraima e se arrependeu. Tomou um ônibus de Itaituba a Santarém, um avião até Manaus, um ônibus até Boa Vista, um avião até uma pista próxima e passou três dias caminhando até o Novo Cruzado. "Es-

COMISSÃO (FICÇÃO) - CUE YANOMAMI

## CALAMIDADE NOS GARIMPOS

# 700 homens sofrendo sem nenhuma assistência médica



*Garimpeiros doentes na mata: um drama que parece não ter fim.*

A situação dos quase quatro mil garimpeiros, que se encontram dentro da reserva Yanomamy, nos garimpos de "Novo Cruzado" e "Garimpo dos Brados", é de que 500 à 700 homens, é de desespero, com malária, hepatite, tétano e muitos casos de acidentes no trabalho, entre outras enfermidades, todas sem tratamento médico específico e em situação difícil. Segundo as informações do presidente do Clube Social Recreativo Asabranquense, Antônio Gonçalves de Freitas, entidade formada há quatro meses com 3 mil e 95 associados sendo a maioria famílias de garimpeiros.

Antônio de Freitas disse que foi até às áreas de garimpagem a pedido dos familiares que estavam desesperados. Pois, desde o incidente ocorrido no garimpo do Cambalacho, entre índios e garimpeiros, muitos deles não haviam mandados nenhuma notícia. Antônio conseguiu dentro da reserva Yanomamy, nos garimpos de "Novo Cruzado" e "Garimpo dos Brados", é de que 500 à 700 homens, é de desespero, com malária, hepatite, tétano e muitos casos de acidentes no trabalho, entre outras enfermidades, todas sem tratamento médico específico e em situação difícil. Segundo as informa-

ções do presidente do Clube Social Recreativo Asabranquense, Antônio Gonçalves de Freitas, entidade formada há quatro meses com 3 mil e 95 associados sendo a maioria famílias de garimpeiros.

Antônio de Freitas disse que foi até às áreas de garimpagem a pedido dos familiares que estavam desesperados. Pois, desde o incidente ocorrido no garimpo do Cambalacho, entre índios e garimpeiros, muitos deles não haviam mandados nenhuma notícia. Antônio conseguiu junto à Secretaria de Saúde, 4.400 comprimidos para o tratamento terapêutico da malária e hepatite, oito quilos de analgésicos e ainda medicamentos de primeiros socorros.

Logo que chegou à zona de garimpagem, Freitas conta que encontrou uma situação de desespero e calamidade e foi o maior "corre-corre", muitos doentes nem sequer mais andavam. Todos estavam bastantes abatidos com malária, hepatite e outras doenças. Segundo Freitas foram curados de malária e hepatite 176 enfermos, foram feitas nove cirurgias a sangue frio, sem nenhum recurso ambulatorial, 40 extrações de unhas e uma amputação no pé de um garimpeiro de 53 anos, que estava com gangrena. Ele disse ainda que, o que mais assusta, é o enorme custo de vida: um analgésico custa 300 cruzados; uma aplicação de soro 7 mil e 300 cruzados; uma aplicação de injeção 3 mil e 600 cruzados. E o mais espantoso é o quilo da farinha de mandioca, que aqui custa em média 45 cruzados e lá um mil e 800 cruzados.

Freitas informou que 80 por cento daqueles garimpeiros são colonos e agricultores que, sem dinheiro para investir na roça, vão pará c

COMISSÃO CRIAÇÃO PARQUE YANOMAMI

CCPY

FOLHA DE BV (1out)

27.12.87

mato arriscar a sorte. Mas, também tem vereadores, oficiais de polícia e até prefeito. Mas, adverte que, nos últimos meses tem chegado 12 garimpeiros por dia naquela região, vindo de diferentes estados brasileiros. Fazendo assim, uma migração desordenada e a aquela região sem a mínima condição de acolhê-los, podendo converter-se em um grande caos social.

O índice de violência, segundo Freitas, diminuiu sensivelmente com a morte do marginal conhecido pela alcunha de "Mato-Grosso", que aterrorizava toda aquela área. Mortes em decorrência de doenças tropicais, foram duas, nesses 60 dias que estive lá: morreu uma vitimada de butulismo e outra com hepatite.

LIBERAÇÃO DAS ÁREAS

Todos os garimpeiros sabem que aquelas áreas estão interditadas pela Polícia Federal. Deu para perceber quando lá estava, que índios e garimpeiros, não estão querendo mais entrar em atritos e é comum agora você vê-los trocando alimentos e andando juntos. "Mas o que fazer diante dessa situação? Será que a vinda deles para a capital seria a solução? É lógico que seria da-

nosa, garimpeiro vive de ouro e na cidade não tem ouro," argumentou Freitas.

"Os garimpeiros querem é só garimpar e pedem as autoridades constituídas que busquem o quanto antes uma solução para o problema. E eu como cidadão brasileiro e na qualidade de representante da maior entidade do Território, peço mais seriedade aos nossos representantes do povo para com essa situação, porque os homens que lá estão, são cidadãos, pagam seus impostos e tem os mesmos direitos como qualquer outra pessoa e principalmente, porque também são humanos e aquela situação é literalmente sub-humana", acusou.

FUNAI

O delegado da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Esmeraldino Neves, disse que tem conhecimento da crítica situação em que se encontram os garimpeiros naquela região. Mas ressalta que, "eles estão sabendo de que aquela área da reserva Yanomamy, está legalmente interditada para garimpagem pela Polícia Federal e a permanência deles lá, é considerada ilegal pela lei".

Quanto a "Operação Evacua-

ção", que a Polícia Federal em conjunto com o 2º Batalhão Especial de Fronteira - BEF, pretende desencadear em janeiro, Esmeraldino disse que a Funai reconhece que são homens honestos e trabalhadores, mas enquanto o Governo Federal não tomar uma atitude que culmine a liberação ou não das áreas para o garimpo, "qualquer cidadão que estiver lá está em situação irregular e portanto será evacuado". Disse ainda que a Funai está acompanhando de perto a construção de uma pista de pouso, nas margens do Rio Couto de Magalhães, no garimpo de Novo Cruzado, mas adiante que "o órgão nada vai fazer para impedir essa construção, porque essa mesma pista facilitará a retirada deles".

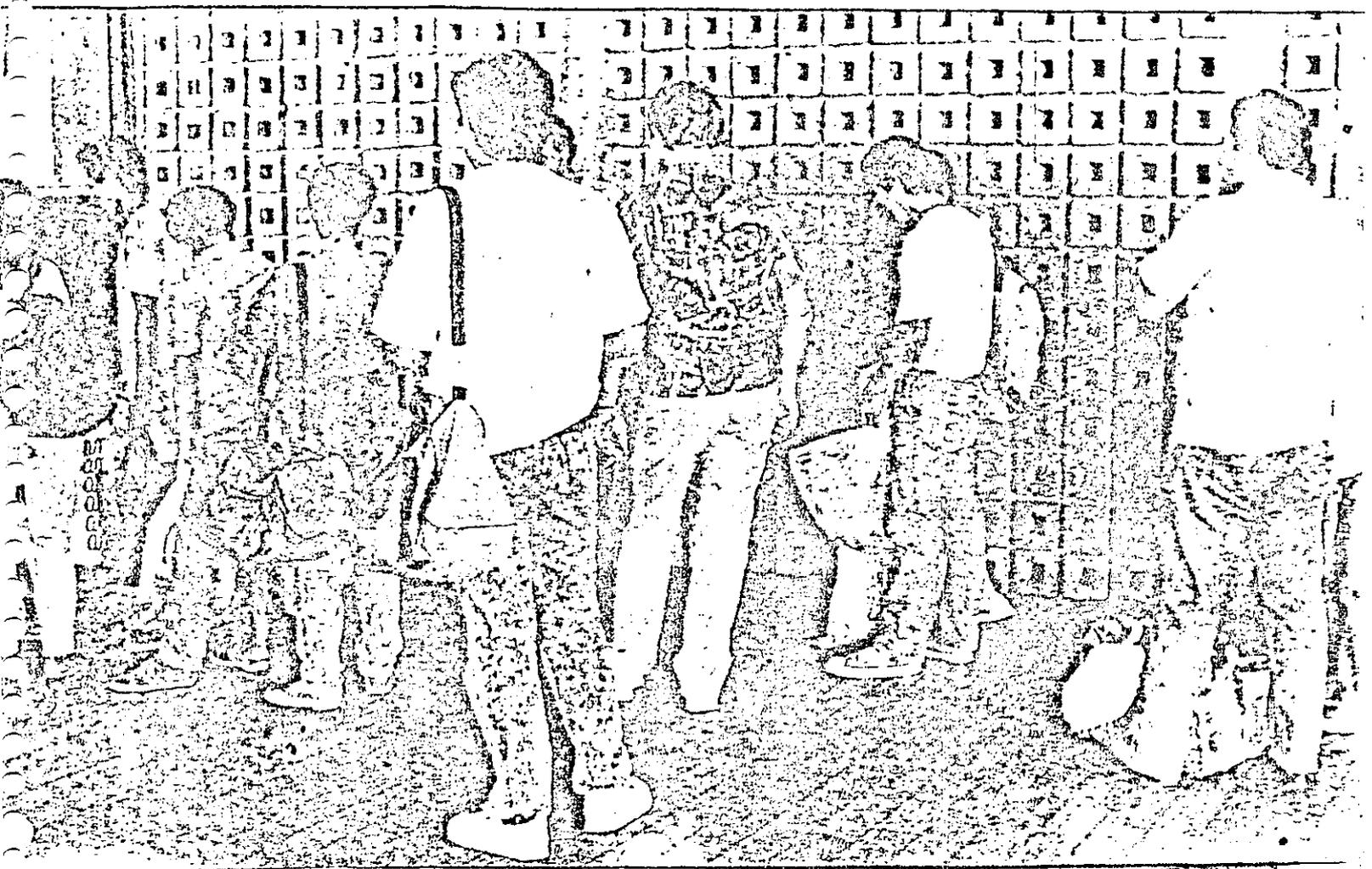
A respeito da difícil situação de sobrevivência naquela área e da precária condição de saúde dos garimpeiros, Esmeraldino disse que, "a Funai, está muito preocupada com os altos índices de doenças tropicais, até então registradas naquela área", mas segundo ele, o que mais preocupa, "é o perigo de uma crise epidemiológica, que possa atingir as comunidades indígenas. Isso seria o caos", ressalta ele.

SA.

# FOLHA de BOA VISTA

BOA VISTA, QUARTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 1987

PREÇO Cz\$ 10,00



CUMISSÃO CRIAÇÃO TERRE DE YANOMAMI  
 C. C. P. Y.  
 BOA VISTA, R.R.

# 'Febre do ouro' domina Roraima

A comida do ouro está do-  
 ndo o Território, considera-  
 do milhares de garimpeiros  
 chegam todos os meses,  
 o novo eldorado do Brasil.  
 abalhadoreis chegam todos

os dias a Boa Vista e qualquer  
 meio de transporte é válido: de  
 ônibus, avião, balsas e até à pé.  
 "Aqui é o novo eldorado, meu  
 irmão", dizia ontem um garim-  
 peiro que esperava sua vez de

embarcar rumo ao garimpo do  
 Cruzado Novo, depois de pagar  
 Cz\$ 25 mil por uma passagem  
 de táxi aéreo. Várias agências já  
 abriram na capital e o movimen-  
 to de embarque e transporte de

suprimentos é intenso. A  
 agência chegar a comanda  
 dez vôos por dia e reunir  
 movimento de toneladas juntas,  
 média de 80 garimpeiros  
 PÁGINA 12

CUMISSÃO CRIAÇÃO PARQUE YANOMANI  
C. C. F. Y.  
BOA VISTA, R.R.

FOLHA DE BOA VISTA

BOA VISTA, QUARTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 1987

- Aqui é o novo Eldorado. A frase resume o pensamento de milhares e milhares de homens que já se encontram em Roraima ou a caminho dos garimpos do Território. Proferida na última segunda-feira à noite por um agenciador de garimpeiros, que fazia ponto de encontro no Bar Pigalhe, a frase reflete apenas uma idéia que já está ecoando com toda a força em Estados longínquos do Piauí ao Mato Grosso. Alguns destes homens já estão abandonando garimpos mais antigos do Rio Madeira, em Rondônia, de Alta Floresta e Piacás, em Mato Grosso, e Itaituba, no Pará, para a grande aventura de encontrar ouro mais farto aqui.

O agenciador (que preferiu não se identificar) faz parte de um esquema de intermediários de prestação de serviços aos homens do ouro que precisam de alguém para orientá-los na cidade grande. Os garimpeiros são homens simples, analfabetos e dispostos a gastar seu dinheiro para prosseguir viagem, para sustentar sua atividade na selva bruta, onde a comida é difícil e vale muito. "Somos o elo de ligação", disse o agenciador, "marcamos horário de voo, compramos mercadoria, transportamos os homens até o aeroporto, etc." Para encontrar um agenciador, o garimpeiro pode procurar nas imediações do Hotel Roraima, onde se acham instalados, atentos, contratando cerca de 10 voos por dia, levando de 30 a 40 passageiros e alguns quilos de bagagem.

Olivaldo Capixaba é um agenciador. Ele explica o grande afluxo de homens de várias partes do Brasil como atraídos pelo grande apêto de Surucucu. Antigo garimpeiro, Capixaba conhece bem seu trabalho, sabe como conduzir os negócios. "Afinal, todos ganhamos com isso, desde o



motorista de táxi, o comércio local, a sociedade em geral", comentou.

#### SURTO

O grande projeto de exploração do Surucucu foi cortado em 1982 pelo decreto do então ministro do Interior, Mário Andreazza, que praticamente cortou a região em áreas Yanomamis, acabando com o sonho de muitos aventureiros. Agora a situação parece mudar. A pressão realizada pelo Exército, através do 2º Batalhão Especial de Fronteiras, para retirar os garimpeiros da região Yanomami, surtiu efeito contrário. Atraiu a atenção dos homens de ouro de todo o Brasil. E a corrida não terá mais fim até a legalização e liberação total, conforme muitos esperam pacientemente para a grande arrancada do território rumo a sua emancipação política e econômica.

No deslocamento de seus pontos de origem para o Território, qualquer meio de transporte é válido, desde canoas à ônibus fretados. Garimpeiros chegam a passar dias esperando na rodo-

viária de Manaus para embarcarem rumo a Boa Vista. Aqui, muitas das vezes, já chegam sem dinheiro. E começam nova luta para atingir o sonhado Eldorado. Af entram os agenciadores. Segundo Olivaldo, trata-se de um trabalho de investimento, na esperança de retorno quando o garimpeiro encontrar o minério. Sem dinheiro - diz Olivaldo - os arriscamos financiando-os, levando-os para Cambalacho e Cruzado Novo. Depois, esperamos colher os resultados".

A tentação é grande: uma grama de ouro vale Cz\$ 1.200. Se o aventureiro tiver sorte, poderá garimpar um quilo em um dia. Como a região é riquíssima, já se calcula em 130 quilos de ouro o total vendido de ouro por mês em Boa Vista - ou Cz\$ 130 milhões.

A tendência é de maior circulação de dinheiro, no comércio mais movimento, conforme pode ser notado no aeroporto de Boa Vista, onde é grande o número de aviões de outras empresas de aviação, conforme informou o gerente da Táxi Aéreo Brasil Norte, Marco Antônio. "Nosso temor é que proibam o fornecimento de gasolina - disse ele - seria o único meio de cortar o fornecimento de gêneros alimentícios para os garimpos e conseqüentemente, forçar a retirada dos homens que lá estão".

E possível chegar via terrestre até os locais de trabalho, mas torna-se impossível permanecer ali, sem comida. "Varando por Mucajaf, um garimpeiro, bom de mato, demora cerca de 20 dias a fazer o percurso" - avisa um intermediário. "O transporte aéreo é fundamental" - lembra.

# Prevista a entrada de 50 mil homens nos garimpos de Roraima

Os grandes veios de ouro estão se esgotando em regiões como a Serra Pelada (no Pará) e Rio Madeira (em Rondônia). Com isso, Roraima pela sua privilegiada condição de território rico em minerais, passará a ser polo de atração para os garimpeiros de todo o país. Com suas reservas minerais quase intocáveis, a não ser as áreas já ocupadas e com maior facilidade de ga-

rimpação, Roraima pode ser transformada no grande Eldorado nacional, trazendo mais de 50 mil homens dentro dos próximos meses, segundo cálculo do presidente da Associação dos Garimpeiros, José Peixoto, o "Baixinho". O representante dos garimpeiros disse também, que a Associação será transformada em Sindicato e isso lhes dará mais solidificação nos trabalhos de lavra dos minérios. PÁGINA 10.

Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY  
Rua São Carlos do Pinhal, 345 : ap. 2006  
01333 - São Paulo - SP

## Roraima pode ser o grande Eldorado do ouro no País

Com o esgotamento dos grandes veios de ouro na Serra Pelada e outros importantes garimpos do país, Roraima, por sua privilegiada condição de território rico em minérios, passará a ser polo de atração para garimpeiros de todo o Brasil. Com suas reservas minerais praticamente intocadas a não ser os trechos já ocupados e com maior facilidade de garimpação - à flor da terra - é este um dos melhores motivos de atração - o território parece propenso a atrair muita gente como novo Eldorado nacional, trazendo mais de 50 mil homens dentro dos próximos meses, segundo calcula o presidente da Associação dos Garimpeiros, José Peixoto, o Baixinho.

Reunião com 90 companheiros durante encontro de avaliação das atuais condições de trabalho hoje no território, baixinho tratou com sua diretoria sobre o processo de transformação da atual entidade que dirige em sindicato, encargo que atribuiu ao seu advogado Alcir da Rocha, encaminhando expediente neste sentido a Brasília, para, junto ao Ministério do Trabalho, obter essa transformação no mês de janeiro.

"Como sindicato, teremos mais condições de nos defender", disse Baixinho, animado com a perspectiva de instalação de uma agência da caixa Econômica Federal no garimpo do Cambalacho. "O general Klein me apoiou neste pleito", acrescentou esperançoso de que aqui seus colegas de

trabalho, recebam o mesmo tratamento dos garimpos da Serra Pelada, deixando de ser explorados por comerciantes inescrupulosos que levam seus produtos aos garimpeiros para trocá-los por ouro (um quilo de farinha por exemplo, custa duas gramas de ouro).

Mas, com a melhor organização dos garimpeiros, quem vai levar-lhes gêneros alimentícios, é a própria cooperativa dos garimpos. "Nosso sindicato nos dará mais força justamente porque seremos reconhecidos - disse Peixoto - começamos inicialmente com 8 mil membros, agora já ultrapassamos este número muitas vezes. Só no Cambalacho, já temos 10 mil colegas nossos. Vamos nos fortalecer cada vez mais".

### INIMIGOS

O presidente da Associação dos Garimpeiros espera a vinda novamente a Boa Vista, de dois coronéis integrantes do Serviço Nacional de Informações para tratar da possível demarcação de terras para o exercício de sua profissão no território. Como o assunto préocupa a Presidência da República, o presidente Sarney determinou a vinda de dois elementos credenciados ao território especialmente com essa finalidade. "Ainda não chegamos a nenhum acordo - disse Peixoto - que relatou ter conversado "com o coronel Vicente a respeito".

### ELDORADO

Com o esgotamento dos veios de ouro em Serra Pelada e em minas de Rondônia, Roraima pode ser o grande Eldorado do minério no País. Segundo previsões do sindicato dos Garimpeiros, cerca de 100 homens estarão desembarcando em nossas minas nos próximos meses. É um problema sério que já exige soluções desde já. Se não houver controle, as autoridades vão passar por momentos difíceis. Portanto, está dado o recado.

